



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas
no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar
pelo Banco Central do Brasil

Dezembro de 2022

BANCO MERCANTIL DO BRASIL



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2022

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A economia desacelerou-se em 2022. O baixo crescimento do PIB mundial, da ordem de 3,0%, ante 5,9% em 2021, reflete a contração das economias chinesa, americana e da zona do euro. A política monetária contracionista, em resposta às persistentes pressões inflacionárias, e conflitos geopolíticos são as principais causas da desaceleração da economia global. Para 2023, projeções iniciais sinalizam crescimento do PIB da ordem de 2,9%.

No Brasil, o PIB alcançou crescimento de 2,9%, favorecido pelo destacado desempenho do setor de serviços. O êxito no controle da pandemia do coronavírus e a total reabertura da economia aliada à desoneração fiscal de importantes segmentos, transferências governamentais e redução no nível de desemprego deram impulso à atividade econômica nesse setor. Por outro lado, a performance do comércio varejista ampliado, que inclui veículos, partes, peças e material de construção e da produção industrial apresentaram baixo desempenho em 2022 e deverão seguir em 2023 com crescimento moderado.

No que tange ao comportamento dos preços dos bens e serviços, a inflação medida pelo IPCA posicionou-se em 5,79%, ante 10,06% de 2021. Esse cenário de significativa redução da inflação pode ser atribuído, em grande parte, à redução de impostos sobre combustíveis e à política monetária contracionista em todo o ano de 2022, com a taxa Selic posicionando-se em 13,75% ao ano desde agosto.

No Sistema Financeiro Nacional, o saldo do crédito alcançou crescimento de 14,0%, ante 16,3% no ano anterior. As provisões para perdas com crédito mostram tendência de alta. Para 2023, projeções oficiais recentes apontam para crescimento do saldo de crédito no Sistema Financeiro Nacional da ordem de 8,0%.

Quanto às perspectivas, projeções do início do ano apontam para crescimento do PIB da ordem de 0,8%, em 2023, em cenário de taxa de juros Selic elevada e continuidade da desaceleração em importantes economias no cenário global.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

• Perfil Corporativo e Mercadológico

O Mercantil do Brasil é um banco múltiplo de médio porte, de capital privado nacional, com experiência de quase oitenta anos de mercado. Nessa jornada, o Banco passou por transformações que o tornaram mais competitivo, atual e conectada às demandas do mercado.

Com o respaldo de uma longa tradição de persistência, segurança, crescimento e solidez, o Mercantil constrói seu planejamento atento ao compromisso com seus acionistas, ao seu posicionamento no mercado e à necessidade de renovação cultural.

E assim, o Mercantil segue escrevendo sua história, derrubando as barreiras que desafiam seu negócio e encurtando a distância entre o analógico e o digital.



É justamente nesse ponto que começou a transformação pela qual o Mercantil vem passando nos últimos anos, ao focar no público 50+ como estratégia de negócio, observado o potencial de vigoroso crescimento desse segmento de mercado. É também nesse cenário que a partir de propósitos bem definidos a Instituição vem se consolidando como o melhor ecossistema financeiro para o público 50+.

O momento é de grandes e constantes mudanças em todos os setores, exigindo agilidade e eficiência nas entregas, integração de pessoas e processos, presença de marca e proximidade com os clientes. Para que os resultados almejados sejam uma realidade, o Banco tem renovado e evoluído nos processos de RH e desenvolvimento humano, com o objetivo de promover mais conexão entre as áreas e equipes, além do foco na evolução técnica dos seus profissionais.

No que tange à evolução digital, um grande salto dado foi a comercialização do produto Empréstimo Saque Aniversário FGTS, feita de forma totalmente digital, através do canal *WhatsApp*. Um dos diferenciais do produto é de o interessado não precisar ser cliente para contratar, o que fez com que o Mercantil saísse na frente perante a concorrência. A inteligência atribuída e os auspiciosos resultados alcançados nesse processo foram a base para que outros produtos também entrassem na esteira de produção digital. Assim, passo a passo, o Mercantil vem avançando, desenvolvendo soluções que atendam sua grande e potente carteira de clientes, sejam eles correntistas ou não.

Agora, em um só banco, o Mercantil dispõe de qualificado atendimento digital e também de ampla rede de atendimento físico, representada por 295 pontos, caracterizada por relacionamento humanizado, simples e próximo. E o Mercantil já vem trabalhando firme para alcançar seu propósito de ser o melhor Banco em negócios via *WhatsApp*.

Parte-se do consenso interno de que a constância nos processos de melhoria é a chave para que novas soluções sejam colocadas na ponta e que isso incorpora sempre novidade ao negócio, além de abrir portas para que novas possibilidades aconteçam e cada vez mais pessoas conheçam o Banco Mercantil.

Foi nesse contexto que foram idealizados e estão em constante evolução produtos e serviços customizados, descontos em *marketplace* e investimentos em novos formatos de pontos de atendimento. O atendimento único e próximo, aliado ao processo integrado de abordagem estruturada ao cliente, tem proporcionado aumento constante do portfólio de soluções personalizadas e oferta de produtos e serviços com qualidade.

Em 2022, o Banco alcançou a expressiva marca de 6.145.190 (crescimento de 42,8%) de clientes atendidos por canais de autosserviços e presenciais disponíveis na sua rede de Agências e Pontos de Atendimento. Por isso, ocupa a quinta posição no ranking de maiores pagadores de benefícios do INSS no país, ao lado dos gigantes do mercado.

Assim, em conexão com os expressivos resultados alcançados em seus quase 80 anos de mercado, o Banco Mercantil tem como meta manter o ritmo de crescimento da carteira de produtos e serviços com qualidade, suportado pela geração de resultados obtidos de forma sustentável e com *funding* pulverizado, além de continuar avançando no campo da evolução tecnológica.

Importante também ressaltar a expansão de 23,2% da carteira de crédito, o expressivo aumento de 23,3% na receita de prestação de serviços e a ampliação da oferta de serviços, também no canal digital – o *WhatsApp* do banco. Como consequência desta evolução, o lucro líquido do exercício de 2022 foi de R\$ 200,6 milhões.

Os expressivos resultados alcançados são consequência da confiança dos acionistas e do trabalho de um time engajado, competente e determinado a fazer acontecer.



No auge dos seus quase 80 anos de sucesso empresarial, com Lucro Líquido recorde em cenário desafiador e inspirado no seu público 50+, o Mercantil, além de manter o seu portfólio, continua buscando novos horizontes com grande vitalidade e o desejo de realização vindo da experiência de uma história longa e que, por incrível que pareça, parece estar só começando.

Premiações e reconhecimentos

. Prêmio Ouvidorias ABRAREC (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente). Para a premiação, que reconhece o trabalho e a contribuição das Ouvidorias no país, o Mercantil apresentou os desafios e resultados no monitoramento e atendimento às demandas recebidas na plataforma Consumidor.GOV, no período da pandemia pelo Coronavírus.

. Prêmio Atendimento ABRAREC, na categoria desjudicialização – troféu prata. Com relato sobre atendimento pela Ouvidoria, reforçou seu compromisso em ouvir e solucionar problemas apresentados por seus clientes e usuários, de maneira simples e ágil, bem como cumprir com seu papel na sociedade, reduzindo processos judiciais.

. Prêmio LATAM, categoria prata, como melhor “Contribuição em Responsabilidade Social”, com o case “Compromisso com a Excelência”. A premiação reconhece as melhores práticas de relacionamento com clientes na América Latina.

. O Mercantil também foi reconhecido como uma das melhores empresas para se trabalhar em Minas Gerais.

• Canais de Atendimento

Os tradicionais investimentos em inovações tecnológicas garantem a diversificação dos canais de atendimento, a prospecção de clientes e realização de negócios.

MB - Canal *Whatsapp*

Em 2022, o Mercantil deu um salto na realização de negócios através de canais digitais. Através de ações de marketing digital também alcançou outros públicos para além do 50+.

No *Whatsapp* são realizados negócios contemplando Antecipação de saque aniversário FGTS, Crédito Pessoal em diversas modalidades, Empréstimo Consignado, Saque a adesão de Cartão Consignado, Portabilidade de benefício e de crédito.

Aplicativo MB

O App MB dispõe de amplas opções de produtos e serviços e responde por 41% de todas as transações realizadas no Banco, com crescimento de 19% em comparação com o ano de 2021. Ao final do exercício de 2022, 1.478.648 clientes já haviam aderido ao canal digital, com mais de 184 milhões de transações em 2022. De todos os produtos contratados pelos clientes no Banco, 33% foram pelo aplicativo.

Destaque para as contratações de empréstimo através desse aplicativo, que cresceram 34% em valores contratados, comparando com o exercício de 2021. Vale mencionar, ainda, que o aplicativo passou a dispor de *layout* moderno e mais amigável, melhor performance e com mais qualidade, segurança e robustez. Novos produtos foram disponibilizados no aplicativo, com destaque ao ‘Empréstimo FGTS’ e o saque nos cartões ‘Consignado’ e ‘Consignado Mais’, além do produto de investimento ‘CDB Renda Mensal’ e do Seguro transferência protegida.



Também foram incluídas funcionalidades, como a solicitação da primeira via do cartão de débito/crédito, bloqueio e desbloqueio temporário do Cartão, recuperação de senhas e *login* por biometria.

ATM's - É o Autoatendimento Mercantil em seus pontos de atendimento físicos. Nesse canal, os investimentos são recorrentes e, além da realização de saques, depósitos, transferências e verificação de saldos, proporcionam soluções de negócios direcionadas à prospecção de clientes e consequentemente contratação de produtos. Com diferentes transações realizadas, chegando a 46,1 milhões em 2022, destaca-se que 41% das contratações de produtos também ocorreram através deste canal.

- **Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC)**

O Mercantil do Brasil está listado no segmento especial de listagem Nível I da B3 e integra o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) da B3, o que ratifica o seu compromisso com a sustentabilidade corporativa e maiores padrões de governança. É o Banco Mercantil criando mais valor e sustentabilidade para o negócio. Maiores informações estão disponíveis no site: <http://mb.b.br/ri>.

>> Relatório de Sustentabilidade GRI

Em 2022, o Mercantil publicou o Relatório de Sustentabilidade com a metodologia do GRI, destacando suas principais realizações, projetos e o seu compromisso em se tornar cada vez mais transparente, sustentável e alinhado às boas práticas de governança.

- **Desenvolvimento Sustentável**

O Banco Mercantil é aderente ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, o que reforça seu compromisso em contribuir para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

O Mercantil também é aderente à Rede Desafio 2030, formada por organizações de destaque de Minas Gerais que se uniram a fim de ampliar a contribuição do setor privado para o cumprimento da Agenda 2030 da ONU, guiadas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A busca ativa pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável beneficia as empresas por meio de inovações, oportunidades de negócios e desenvolvimento para a comunidade. Por isto, a Rede incentiva que seus membros alinhem estratégias de longo prazo a esses objetivos, direcionando esforços para atender, simultaneamente, às demandas dos acionistas e da sociedade em geral.

Parceira do Pacto Global, a Rede Desafio 2030 apoia projetos, iniciativas de educação e ações de promoção da sustentabilidade empresarial em Minas Gerais, buscando, assim, posicionar suas empresas como referências internacionais sobre o tema.

A agenda que o Banco propõe para alcançar os objetivos de suas diretrizes é ampla e busca favorecer toda a sociedade, já possuindo frentes de atuação alinhadas a esses propósitos.

- **Responsabilidade Socioambiental - Atuação Responsável**

O Mercantil apoia o desenvolvimento de iniciativas nas áreas da saúde, cultura, do esporte e da cidadania, com o objetivo de promover valores importantes para o desenvolvimento humano e que reforcem a atuação de cada cidadão como agente na construção de uma sociedade mais consciente. Além disso, o Banco apoia a realização de iniciativas aprovadas em mecanismos de incentivo fiscais – leis municipais e federais – em diversas frentes culturais e sociais.



Informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental, realizados e patrocinados pelo Mercantil do Brasil, poderão ser obtidas no site <https://mercantildobrasil.com.br>.

- **Capital Humano**

No Mercantil, a evolução na gestão do Capital Humano está em plena sintonia com as necessidades do negócio.

Nos últimos anos, o Banco vem empreendendo transformação cultural baseada na utilização de adequadas ferramentas digitais, contemplando recursos alinhados às tendências de mercado, evoluindo a forma de trabalho e incorporando a evolução do trabalho remoto, ganhando mais agilidade nos processos, maior conexão entre as áreas e importante redução de custos.

Utiliza também de avançadas ferramentas para fomentar e controlar a implementação de projetos inovadores por toda sua equipe, em um ambiente organizacional desafiador e favorável à destacada capacidade de inovação e de adaptação ao cenário vigente em cada momento, com foco no cliente, ética sempre e em primeiro lugar.

Em 2022, foram registradas 276.646 participações em treinamentos, sendo 276.498 participações pela Academia Mercantil e 148 participações nos treinamentos presenciais/online internos e externos, totalizando 114.146 horas de treinamento.

No período, vale destacar os treinamentos para capacitar as equipes, de forma a ofertar corretamente os produtos e serviços aos clientes. Adicionalmente, foi realizado o Ciclo de Desenvolvimento 2022, com as etapas de *feedback*, contratação de metas, Semana de Desenvolvimento com palestras de temas solicitados pelos colaboradores, Avaliação de Competências e Apuração das metas. Esta ação leva à transformação cultural, valorizando o atingimento das metas através da vivência contínua dos valores do Banco Mercantil, com alinhamento dos propósitos da organização com seus colaboradores.

>> Regimes de Trabalho

Após bem-sucedida experiência vivenciada no período da pandemia do coronavírus, através de cuidadoso trabalho multidisciplinar foram definidos critérios e elaborada a "Política Institucional de Regimes de Trabalho" no Banco. A partir de janeiro de 2023, foram oficialmente adotados três modelos, aplicáveis a todos os colaboradores sujeitos a controle de jornada e estagiários lotados no Edifício Sede e no *Data Center* da TI do Banco Mercantil: Regime de Trabalho Presencial; Regime de Trabalho Híbrido e Regime de Trabalho Integralmente Remoto.

O Regime de Trabalho Presencial é aplicável a colaboradores cuja natureza de atividade demande a presença diária nas dependências da empresa; já o Regime de trabalho Híbrido se aplica a cargos cuja natureza de atividade permita o trabalho dentro e fora das dependências da instituição, pressupondo a presença nas dependências do Banco em, no mínimo, três vezes por semana conforme escala de trabalho da área; por sua vez, o Regime de Trabalho Integralmente Remoto é aplicável a cargos cuja natureza de atividade permita a realização do trabalho fora da empresa em tempo integral.

Com estas definições, o Banco Mercantil reforça seu interesse em ter cada vez mais times conectados e engajados, além de proporcionar inclusão a todos os colaboradores, valorizando o bem-estar de uma vida equilibrada.

>> Alinhamento Estratégico com Colaboradores – Diversidade e Inclusão

O tema da Diversidade e Inclusão foi trabalhado mediante conteúdos ministrados por especialistas contratados pelo Mercantil e cartilhas de boas práticas, visando conscientização, educação e reflexão.

A campanha teve como principal objetivo estimular os colaboradores a evoluir a cultura organizacional, criando um ambiente mais diverso, baseado no respeito às diferenças. A campanha foi atrelada ao valor Diferenças Somam e trouxe discussões de gênero, raça, orientação sexual, deficiências e comportamentos atrelados aos temas.

É assim que os colaboradores dispõem de clima organizacional favorável, para que todos trabalhem com elevada motivação e cultivem o sentimento de pertencimento, impulsionando a obtenção de resultados consistentes e sustentáveis. Nesse contexto, destaca-se a permanência do Banco no *Ranking* das “Melhores Empresas para Se Trabalhar” em Minas Gerais, premiação realizada pelo GPTW.

- **Gestão do Capital e de Riscos - Basileia III**

O Mercantil adota postura prospectiva no gerenciamento de riscos e de capital, com observância dos objetivos estratégicos e das normas em vigor. Dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital e de Riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação de taxa de juros, de liquidez, socioambiental e demais riscos relevantes.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 15,21%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas estão disponíveis nas notas explicativas nºs 22 e 23.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo destinados à prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

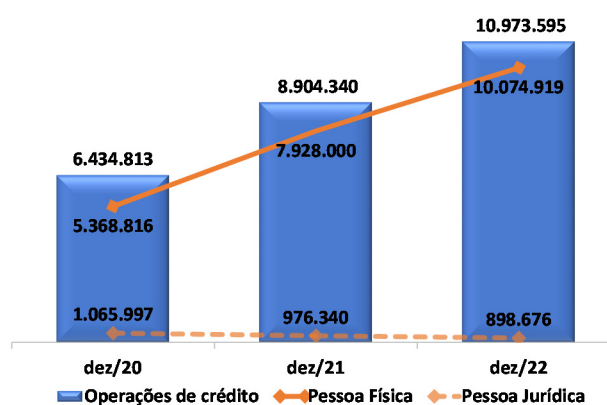
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

>> Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado – Consolidados

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 14,8 bilhões, crescimento de 19,5%. Os ativos circulantes atingiram R\$ 7,2 bilhões, crescimento de 24,4%. Os passivos de curto prazo somaram R\$ 4,8 bilhões.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram o montante de R\$ 1,6 bilhão. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 863,0 mil, para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As operações de crédito alcançaram R\$ 11,0 bilhões, apresentando relevante crescimento de 23,2% comparativamente a dezembro de 2021, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão de R\$ 2,1 bilhões no exercício, equivalente a expressivo crescimento de 27,1%. As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de “AA” até “C”, representam 93,6% do total da carteira de crédito (92,0% de dezembro de 2021). A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 4,2%.



Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 08.

Captação de Recursos

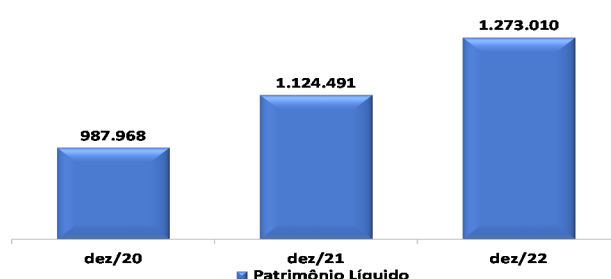
Os recursos existentes foram captados no mercado interno, perfazendo o montante de R\$ 12,4 bilhões, com crescimento de 22,6% em 2022. Os depósitos a prazo perfazem R\$ 9,9 bilhões, crescimento de 20,1% no exercício.

As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 688,3 milhões. Desse total, R\$ 621,9 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo "Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital" de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 284,9 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 54,1 milhões são instrumentos de dívida perpétua, utilizados como capital complementar (Nível I).

- **Patrimônio Líquido, Dividendos e Resultado**

O Patrimônio Líquido do MB Múltiplo apresentou crescimento de 13,2%, alcançando a marca histórica de R\$ 1,3 bilhão.

No exercício de 2022, foram declarados dividendos aos acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio totalizando R\$ 58,0 milhões, equivalentes a R\$ 49,3 milhões líquidos do imposto de renda. Os dividendos, pagos na forma de juros sobre capital próprio, são equivalentes a R\$ 0,45439568 por ação ordinária e R\$ 0,49983525 por ação preferencial, também líquidos do imposto de renda. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 18.3.

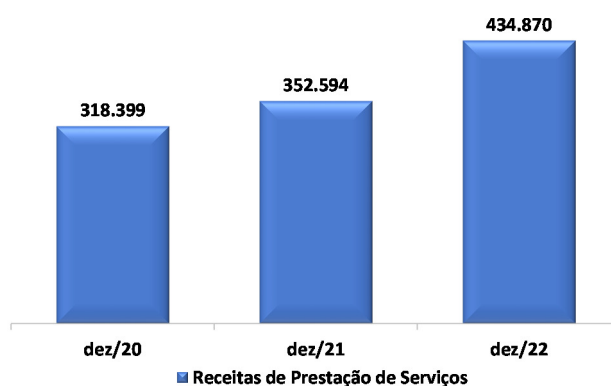


As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 3,7 bilhões, crescimento de 40,8%. As Receitas de Operações de Crédito e Operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros (cessão de crédito) alcançaram expansão de 35,9% sobre igual período de 2021.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, elevou-se a R\$ 2,1 bilhões em dezembro de 2022, evolução de 13,2%.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 434,9 milhões (R\$ 352,6 milhões em dezembro de 2021), crescimento de 23,3%.

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 497,3 milhões (R\$ 491,4 milhões de dezembro de 2021), evolução nominal de 1,2% nos períodos sob comparação, perante inflação de 5,8% e aumento da categoria dos bancários da ordem de 9%, denotando importante ganho de produtividade. Os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, somaram R\$ 334,2 milhões (R\$ 335,8 milhões de dezembro de 2021), queda de 0,5%.

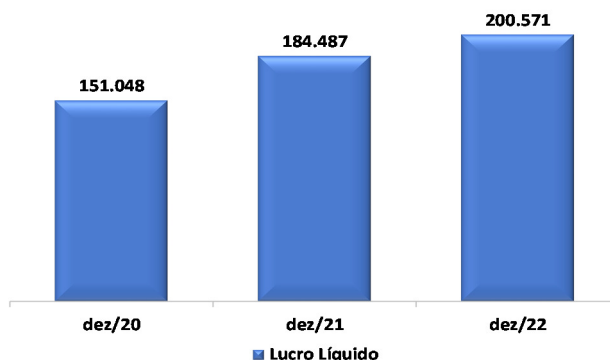


As Despesas Administrativas somaram R\$ 846,8 milhões (R\$ 851,4 milhões em dezembro de 2021), queda de 0,5%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa 19.3.



O Resultado Operacional alcançou expressivos R\$ 251,5 milhões, ante R\$ 129,6 milhões de dezembro de 2021, crescimento de 94,1%.

O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 200,6 milhões, apresentando expressiva elevação de 8,7% em relação ao exercício anterior, mantendo a trajetória de crescimento observada desde 2020, não obstante a relevante atipicidade do período.



PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações e investimentos em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao exercício findo em 31/12/2022 comparativas a 31/12/2021. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na nota explicativa nº 24.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Mercantil do Brasil.

Belo Horizonte, março de 2023.

Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em R\$ Mil

A T I V O	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		Exercício		Exercício	
		2022	2021	2022	2021
DISPONIBILIDADES		1.226.392	984.730	1.226.395	984.733
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		11.816.879	9.603.514	12.253.470	10.042.686
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	739.818	534.865	685.224	409.878
Títulos e Valores Mobiliários	6	751.654	947.826	939.833	1.167.381
Carteira Própria		464.300	726.674	637.317	936.340
Vinculados ao Banco Central		26.581	30.242	26.581	30.242
Vinculados à Prestação de Garantias		260.773	190.910	275.935	200.799
Relações Interfinanceiras		116.144	109.429	116.144	109.429
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		48	19	48	19
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		116.096	109.410	116.096	109.410
Relações Interdependências		-	894	-	894
Transferências Internas de Recursos		-	894	-	894
Operações de Crédito	8	10.020.845	7.894.824	10.324.384	8.239.560
Setor Privado		9.778.689	8.061.733	10.091.206	8.415.853
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.4	696.535	216.211	696.535	216.211
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	8.3	(454.379)	(383.120)	(463.357)	(392.504)
Outros Créditos		188.418	115.676	187.885	115.544
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	8	-	24.151	-	24.151
Devedores por Compras de Valores e Bens	8	55.364	49.632	55.364	49.632
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos	8	135.554	123.621	135.021	123.489
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	8.3	(2.500)	(81.728)	(2.500)	(81.728)
ATIVOS FISCAIS	9	645.359	661.760	685.490	697.507
Correntes	9.1	115.185	68.764	130.119	84.742
Diferidos	9.2	530.174	592.996	555.371	612.765
OUTROS ATIVOS		471.546	408.090	407.486	448.010
Outros Valores e Bens		120.556	82.124	122.847	91.375
Material em Estoque		4.863	5.097	4.863	5.097
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	10.1	73.855	60.552	73.857	66.306
(Provisão para Desvalorizações)	10.1	(18.540)	(28.143)	(18.542)	(28.145)
Despesas Antecipadas	10.2	60.378	44.618	62.669	48.117
Outros Créditos		350.990	325.966	284.639	356.635
Câmbio Comprado a Liquidar		-	96.505	-	96.505
Rendas a Receber		107.749	22.285	1.432	3.064
Negociação e Intermediação de Valores		61	2.866	6.582	3.391
Devedores por Depósitos em Garantia	10.3	140.121	136.385	169.877	172.900
Pagamentos a Ressarcir		603	569	1.673	1.597
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito	10.4	58.874	51.274	62.308	64.600
Adiantamentos e Antecipações Salariais		1.027	1.065	1.097	1.123
Devedores Diversos - País	10.5	32.079	44.808	32.515	45.234
Outros		20.369	19.374	20.417	19.692
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	8.3	(9.893)	(49.165)	(11.262)	(51.471)
INVESTIMENTOS		559.704	564.407	22.331	2.689
Participações em Controladas - No País	11	591.346	609.190	-	-
Outros Investimentos		16.392	3.251	23.981	4.094
(Provisões para Perdas)		(48.034)	(48.034)	(1.650)	(1.405)
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	12	-	-	3.097	3.129
Imóveis para Renda		-	-	3.315	3.342
(Depreciação Acumulada)		-	-	(218)	(213)
IMOBILIZADO	13	138.178	151.157	149.422	162.891
Imóveis de Uso		18.261	18.261	18.261	18.309
Outras Imobilizações de Uso		323.861	329.616	337.991	342.772
(Depreciação Acumulada)		(203.944)	(196.720)	(206.830)	(198.190)
INTANGÍVEL	14	100.737	81.720	100.737	81.720
Ativos Intangíveis		234.555	196.129	234.555	196.129
(Amortização Acumulada)		(133.818)	(114.409)	(133.818)	(114.409)
TOTAL DO ATIVO		14.958.795	12.455.378	14.848.428	12.423.365



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em R\$ Mil

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		Exercício		Exercício	
		2022	2021	2022	2021
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.725.926	10.384.195	12.509.873	10.233.617
Depósitos	15.1	11.043.347	9.377.875	10.841.812	9.231.014
Depósitos à Vista		551.671	484.431	542.847	480.750
Depósitos de Poupança		196.467	226.084	196.467	226.084
Depósitos Interfinanceiros		148.436	245.504	148.436	235.048
Depósitos a Prazo		10.146.773	8.421.856	9.946.592	8.285.956
Outros Depósitos		-	-	7.470	3.176
Captações no Mercado Aberto	5	56.679	131.958	30.762	106.216
Carteira de Terceiros		56.679	131.958	30.762	106.216
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.2	109.111	70.004	120.510	92.029
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		109.111	70.004	120.510	92.029
Relações Interfinanceiras		137.157	124.225	137.157	124.225
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		75.061	65.027	75.061	65.027
Obrigações Vinculadas		26.512	30.180	26.512	30.180
Correspondentes		35.584	29.018	35.584	29.018
Relações Interdependências		2.873	15.670	2.873	15.670
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.873	15.670	2.873	15.670
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	8.3	1.871	2.778	1.871	2.778
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	8.4	752.950	226.402	752.950	226.402
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	15.3	621.938	435.283	621.938	435.283
PROVISÕES		236.883	238.249	270.495	280.339
Provisão para Outros Passivos	16.a	236.883	238.249	270.495	280.339
PASSIVOS FISCAIS		44.529	37.274	55.339	49.811
Correntes		43.882	33.430	50.467	42.334
Diferidos		647	3.844	4.872	7.477
OUTROS PASSIVOS		678.447	671.169	693.180	688.130
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5.564	9.064	5.564	9.091
Obrigações por Compra de Câmbio		-	55.752	-	55.752
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	8	-	(55.583)	-	(55.583)
Sociais e Estatutárias		50.667	44.342	56.556	49.438
Negociação e Intermediação de Valores		1.297	736	1.754	1.025
Obrigações por Convênios Oficiais	17.1	183.973	191.242	183.973	191.242
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos		16.751	8.962	16.872	9.073
Provisão para Pagamentos a Efetuar		157.813	175.503	162.323	184.148
Credores Diversos - País	17.2	244.011	239.805	248.920	242.642
Outros		18.371	1.346	17.218	1.302
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	1.273.010	1.124.491	1.319.541	1.171.468
Capital Social	18.1	597.540	597.540	597.540	597.540
(Ações em Tesouraria)	18.1	(3.830)	(5.614)	(3.830)	(5.614)
Reservas de Capital	18.2	43.375	43.375	43.375	43.375
Reservas de Reavaliação		100	108	100	108
Reservas de Lucros	18.2	620.624	478.082	620.624	478.082
Reserva Legal		97.716	87.688	97.716	87.688
Reservas Estatutárias		522.908	390.394	522.908	390.394
Outros Resultados Abrangentes		15.201	11.000	15.201	11.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		15.201	11.000	15.201	11.000
Participação dos Não Controladores		-	-	46.531	46.977
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.958.795	12.455.378	14.848.428	12.423.365

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

Nota	MB - Múltiplo			MB - Consolidado			
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios		
	2022	2022	2021	2022	2022	2021	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.900.790	3.592.490	2.545.260	1.941.209	3.671.020	2.606.505
Operações de Crédito	8.2	1.705.375	3.162.824	2.247.928	1.738.413	3.229.552	2.301.215
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.1	163.500	276.129	91.785	170.661	287.711	99.743
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.2	(9.604)	56.121	41.506	(9.604)	56.121	41.506
Resultado de Operações de Câmbio		38	(3.470)	14.170	38	(3.470)	14.170
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.209	5.283	3.636	2.429	5.503	3.636
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	8.4	39.272	95.603	146.235	39.272	95.603	146.235
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(703.140)	(1.222.829)	(377.875)	(692.562)	(1.205.065)	(372.776)
Operações de Captação no Mercado	15.4	(647.290)	(1.130.449)	(374.861)	(636.680)	(1.112.628)	(369.510)
Operações de Empréstimos e Repasses		(509)	(924)	(443)	(509)	(924)	(443)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(55.341)	(91.456)	(2.571)	(55.373)	(91.513)	(2.823)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.197.650	2.369.661	2.167.385	1.248.647	2.465.955	2.233.729
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(186.590)	(320.957)	(334.760)	(190.866)	(327.431)	(344.697)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.011.060	2.048.704	1.832.625	1.057.781	2.138.524	1.889.032
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(914.018)	(1.827.667)	(1.717.362)	(947.779)	(1.886.982)	(1.759.446)
Receitas de Prestação de Serviços	19.1	157.560	296.785	241.566	235.316	434.870	352.594
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas		36.821	71.994	54.450	114.577	210.075	165.402
Rendas de Tarifas Bancárias		120.739	224.791	187.116	120.739	224.795	187.192
Resultado de Participações em Controladas	11.a	61.327	95.536	83.073	-	-	-
Despesas de Pessoal	19.2	(241.635)	(455.496)	(456.582)	(263.228)	(497.289)	(491.407)
Outras Despesas Administrativas	19.3	(402.354)	(831.109)	(831.543)	(403.426)	(846.801)	(851.450)
Despesas Tributárias	19.4	(73.747)	(143.907)	(134.705)	(85.697)	(165.545)	(148.268)
Outras Receitas Operacionais	19.5	34.626	83.417	68.925	39.471	91.173	77.650
Outras Despesas Operacionais	19.6	(404.071)	(767.137)	(604.274)	(420.081)	(789.791)	(607.523)
Reversões / (Despesas) de Provisões	19.7	(45.724)	(105.756)	(83.822)	(50.134)	(113.599)	(91.042)
RESULTADO OPERACIONAL		97.042	221.037	115.263	110.002	251.542	129.586
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		8.925	12.571	3.423	8.625	12.591	3.491
Receitas		12.668	18.711	21.999	12.861	19.276	22.140
Despesas		(3.743)	(6.140)	(18.576)	(4.236)	(6.685)	(18.649)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		105.967	233.608	118.686	118.627	264.133	133.077
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.3	(696)	(33.037)	65.801	(13.419)	(63.518)	54.286
Provisão para Imposto de Renda		(2.550)	20.830	4.502	(15.173)	(5.597)	(4.249)
Provisão para Contribuição Social		(868)	14.230	2.660	(5.249)	4.454	(548)
Ativo Fiscal Diferido	9.2.b	2.722	(68.097)	58.639	7.003	(62.375)	59.083
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	63	(44)	(2.876)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		105.271	200.571	184.487	105.271	200.571	184.487
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)							
Ações ordinárias		1,0075	1,9197	1,7685			
Ações preferenciais		1,0075	1,9197	1,7685			
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)							
Ações ordinárias		65.647	125.076	115.225			
Ações preferenciais		39.624	75.495	69.262			
Número de Ações em Circulação - básico e diluído							
Ações ordinárias		65.155.744	65.155.744	65.155.744			
Ações preferenciais		39.327.336	39.327.336	39.165.036			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo			MB - Consolidado		
	2º Semestre 2022	Exercícios		2º Semestre 2022	Exercícios	
	2022	2022	2021	2022	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	105.271	200.571	184.487	105.271	200.571	184.487
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(494)	4.201	22.339	(494)	4.201	22.339
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	(5.575)	(3.244)	7.180	(5.575)	(3.244)	7.180
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	(9.431)	(7.104)	11.185	(9.819)	(6.441)	12.213
Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas (MEP)	(388)	663	1.028	-	-	-
Efeito Fiscal	4.244	3.197	(5.033)	4.244	3.197	(5.033)
ITENS QUE NÃO SERÃO POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	5.081	7.445	15.159	5.081	7.445	15.159
Ajustes de Avaliação Atuarial	5.081	7.445	27.562	5.081	7.445	27.562
Efeito Fiscal	-	-	(12.403)	-	-	(12.403)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	104.777	204.772	206.826	104.777	204.772	206.826
Lucro Atribuível ao Controlador	104.777	204.772	206.826	104.840	204.728	203.950
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	-	-	(63)	44	2.876

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	(-) AÇÕES EM TESOURARIA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAVALIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS						
SALDOS EM 01/01/2021	492.708	-	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	-	987.968	45.939	1.033.907
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	-	104.832	-	-	-	(104.832)	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria Adquiridas	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.614)	(5.614)	-	(5.614)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	22.339	(13.758)	-	8.581	-	8.581
Realização de Reserva	-	-	-	(9)	-	-	-	9	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	184.487	-	184.487	2.876	187.363
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.838)	(1.838)
Destinações:												
Reservas	-	-	-	-	9.225	110.582	-	(119.807)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.514)	-	(3.514)	-	(3.514)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(47.417)	-	(47.417)	-	(47.417)
SALDOS EM 31/12/2021	492.708	104.832	43.375	108	87.688	390.394	11.000	-	(5.614)	1.124.491	46.977	1.171.468
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	104.832	-	(9)	9.225	5.750	22.339	-	(5.614)	136.523	1.038	137.561
SALDOS EM 01/01/2022	492.708	104.832	43.375	108	87.688	390.394	11.000	-	(5.614)	1.124.491	46.977	1.171.468
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	104.832	(104.832)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria Vendidas	-	-	-	-	-	(80)	-	-	1.784	1.704	-	1.704
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	4.201	-	-	4.201	-	4.201
Realização de Reserva	-	-	-	(8)	-	-	-	8	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	200.571	-	200.571	44	200.615
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(490)	(490)
Destinações:												
Reservas	-	-	-	-	10.028	132.594	-	(142.622)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(57.957)	-	(57.957)	-	(57.957)
SALDOS EM 31/12/2022	597.540	-	43.375	100	97.716	522.908	15.201	-	(3.830)	1.273.010	46.531	1.319.541
MUTAÇÕES DO PERÍODO	104.832	(104.832)	-	(8)	10.028	132.514	4.201	-	1.784	148.519	(446)	148.073
SALDOS EM 01/07/2022	597.540	-	43.375	104	87.688	390.314	15.695	71.813	(3.830)	1.202.699	47.191	1.249.890
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(494)	-	-	(494)	-	(494)
Realização de Reserva	-	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	105.271	-	105.271	(63)	105.208
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(597)	(597)
Destinações:												
Reservas	-	-	-	-	10.028	132.594	-	(142.622)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(34.466)	-	(34.466)	-	(34.466)
SALDOS EM 31/12/2022	597.540	-	43.375	100	97.716	522.908	15.201	-	(3.830)	1.273.010	46.531	1.319.541
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(4)	10.028	132.594	(494)	(71.813)	-	70.311	(660)	69.651

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo			MB - Consolidado		
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021	2022	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:						
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	105.967	233.608	118.686	118.627	264.133	133.077
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	199.123	365.190	400.047	268.961	474.766	499.375
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	(548)	-	-	(548)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	50.425	116.109	96.335	55.077	124.498	103.792
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas	(415)	(907)	(186)	(415)	(907)	(186)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	186.590	320.957	334.760	190.866	327.431	344.697
Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos	2.692	4.355	15.705	2.692	4.355	15.705
Depreciações e Amortizações	33.763	67.406	62.507	34.599	69.150	63.862
Atualizações Monetárias Ativas	(13.133)	(44.940)	(16.968)	(14.323)	(47.556)	(22.401)
Resultado de Participações em Controladas	(61.327)	(95.536)	(83.073)	-	-	-
Perda de Ativo Intangível	-	-	32	-	-	46
Perda / (Ganho) na Alienação de Bens e Investimentos	528	(2.333)	(8.517)	528	(2.333)	(8.515)
Perda de Capital em Controlada	-	79	-	-	84	47
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	-	-	(63)	44	2.876
Lucro Líquido Ajustado	305.090	598.798	518.733	387.588	738.899	632.452
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	101.762	143.263	(87.118)	62.053	73.045	(9.755)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(46.737)	(88.101)	(42.342)	(8.753)	(56.001)	(100.857)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	14.126	6.217	41.056	14.126	6.217	41.056
Redução (Aumento) em Relações Interdependências	1	(11.903)	2	1	(11.903)	2
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(1.273.914)	(2.484.810)	(2.650.291)	(1.222.227)	(2.450.087)	(2.747.816)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	21.452	(34.131)	2.968	26.239	(21.528)	9.391
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	(12.574)	(15.527)	16.842	(11.295)	(14.319)	18.910
Aumento (Redução) em Depósitos	630.440	1.665.472	1.290.826	567.293	1.610.798	1.196.011
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(6.907)	(75.279)	(88.261)	(20.595)	(75.454)	(40.637)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(597)	39.107	(2.092)	(5.884)	28.481	3.534
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(277.256)	511.535	322.821	(296.851)	489.999	307.217
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	(545.114)	254.641	(676.856)	(508.305)	318.147	(690.492)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(2.587)	(41.181)	(16.284)	(37.447)	(53.828)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(545.114)	252.054	(718.037)	(524.589)	280.700	(744.320)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:						
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	107.999	393.515	173.402	107.999	393.515	173.402
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	4.448	13.220	81.636	4.448	13.220	81.666
Alienação de Investimentos	30.674	30.674	175	-	-	175
Alienação de Imobilizado de Uso	72	127	42	5.737	5.810	208
Redução do Intangível	58	58	4.000	58	58	4.000
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(109.073)	(113.150)	(69.530)	(109.073)	(113.150)	(69.530)
Integralização de Capital em Controlada	(25.688)	(25.688)	(4.250)	-	-	-
Aquisição de Investimentos	(11.998)	(13.142)	(751)	(18.498)	(19.642)	(751)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(17.869)	(25.899)	(26.721)	(18.889)	(27.022)	(38.324)
Aplicações no Intangível	(26.158)	(48.045)	(38.245)	(26.158)	(48.045)	(38.245)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	20.188	12.272	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(47.535)	231.858	132.030	(54.376)	204.744	112.601
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:						
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	104.381	159.520	9.252	104.381	159.520	9.252
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(26.775)	(5.258)	(63.026)	(26.775)	(56.615)	(64.938)
Ações em Tesouraria Vendidas / (Adquiridas)	-	1.704	(5.614)	-	1.704	(5.614)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	77.606	105.966	(59.388)	77.606	104.609	(61.300)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(515.043)	589.878	(645.395)	(501.359)	590.053	(693.019)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	2.291.753	1.186.832	1.831.679	2.303.989	1.212.577	1.905.048
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	548	-	-	548
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.776.710	1.776.710	1.186.832	1.802.630	1.802.630	1.212.577
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(515.043)	589.878	(645.395)	(501.359)	590.053	(693.019)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras..



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo			MB - Consolidado		
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021	2022	2022	2021
1 - RECEITAS	1.468.534	2.797.790	1.842.431	1.566.464	2.984.948	2.002.997
Intermediação Financeira	1.900.790	3.592.490	2.545.260	1.941.209	3.671.020	2.606.505
Prestação de Serviços	157.560	296.785	241.566	235.316	434.870	352.594
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(186.590)	(320.957)	(334.760)	(190.866)	(327.431)	(344.697)
Outras	(403.226)	(770.528)	(609.635)	(419.195)	(793.511)	(611.405)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(703.140)	(1.222.829)	(377.875)	(692.562)	(1.205.065)	(372.776)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(322.447)	(668.223)	(685.423)	(320.935)	(678.850)	(701.808)
Materiais, Energia e Outros	(20.387)	(44.721)	(47.076)	(21.463)	(46.730)	(48.375)
Serviços de Terceiros	(158.125)	(352.184)	(416.239)	(159.044)	(357.788)	(421.623)
Outros	(143.935)	(271.318)	(222.108)	(140.428)	(274.332)	(231.810)
Comunicações	(4.820)	(9.958)	(13.014)	(5.036)	(10.382)	(13.539)
Processamento de Dados	(62.914)	(114.124)	(86.421)	(57.631)	(110.732)	(89.661)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(8.276)	(26.089)	(12.305)	(8.524)	(27.300)	(14.111)
Serviços do Sistema Financeiro	(12.331)	(19.220)	(11.484)	(11.774)	(18.529)	(11.200)
Transportes	(21.102)	(41.080)	(33.460)	(21.146)	(41.144)	(33.643)
Outros	(34.492)	(60.847)	(65.424)	(36.317)	(66.245)	(69.656)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	442.947	906.738	779.133	552.967	1.101.033	928.413
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(33.762)	(67.406)	(62.507)	(34.599)	(69.150)	(63.862)
Depreciações e Amortizações	(33.762)	(67.406)	(62.507)	(34.599)	(69.150)	(63.862)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	409.185	839.332	716.626	518.368	1.031.883	864.551
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	61.327	95.536	83.073	-	-	-
Resultado de Participações em Controladas	61.327	95.536	83.073	-	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	470.512	934.868	799.699	518.368	1.031.883	864.551
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	470.512	934.868	799.699	518.368	1.031.883	864.551
Pessoal	208.403	391.840	392.467	226.457	426.684	421.522
Remuneração Direta	150.069	283.774	282.825	165.769	314.234	308.465
Benefícios	45.774	84.104	83.735	47.718	87.759	86.434
FGTS	12.560	23.962	25.907	12.970	24.691	26.623
Impostos, Taxas e Contribuições	110.693	246.977	139.132	138.811	305.783	169.886
Federais	99.711	226.571	116.785	125.115	280.629	141.249
Estaduais	15	27	818	18	38	3.639
Municipais	10.967	20.379	21.529	13.678	25.116	24.998
Remuneração de Capitais de Terceiros	46.145	95.480	83.613	47.892	98.801	85.780
Aluguéis	46.145	95.480	83.613	47.892	98.801	85.780
Remuneração de Capitais Próprios	105.271	200.571	184.487	105.208	200.615	187.363
Dividendos	-	-	3.514	-	-	3.514
Juros sobre o Capital Próprio	34.466	57.957	47.417	34.466	57.957	47.417
Lucros Retidos do Período	70.805	142.614	133.556	70.805	142.614	133.556
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	(63)	44	2.876

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 2 agências e 293 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.826 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

O Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21 de manter a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), até o exercício de 2024, adicionalmente publica demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme o disposto na Resolução nº 4.818/20.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 07/03/2023.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas findas em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, (MB Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas diretamente:	% – Participação	
	Dez / 2022	Dez / 2021
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ⁽ⁱ⁾	98,17	98,17
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00
Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ⁽ⁱⁱ⁾	85,95	85,95
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	100,00
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	20,23	-
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1,03	-

⁽ⁱ⁾ Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (vide nota nº 11.).

⁽ⁱⁱ⁾ Atual denominação social da Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos alterada pela AGE de 05 de Setembro de 2022.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ No quarto trimestre, foi realizada a incorporação da Controlada MBIA. Dada a incorporação, os percentuais de participação que a MBIA detinha das Companhias COSEFI e SANSA passaram a ser consolidados pelo Banco (vide nota explicativa nº 11. b).

Controladas indiretamente:	% – Participação	
	Dez / 2022	Dez / 2021
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	79,77	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	85,57	85,57
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	98,97	100,00

2.3. Reclassificação de Informações Comparativas

Foram realizadas as seguintes reclassificações em dezembro de 2021 nas Demonstrações Financeiras:

		DRE	
De	Para	MB – Múltiplo	MB – Consolidado
Participações no lucro	Despesas de pessoal	29.909	34.287
Despesas de pessoal	Reversões / (Despesas) de Provisões	(43.503)	(43.320)
Outras receitas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	11.611	14.288
Despesas tributárias	Reversões / (Despesas) de Provisões	-	(230)
Outras despesas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	(51.930)	(61.780)

		BP	
De	Para	MB – Múltiplo	MB – Consolidado
Propriedades para Investimento	Ativos não Financeiros mantidos para venda	-	5.752

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A demonstração por segmentos operacionais está apresentada de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. Por segmentos operacionais, nos termos da IFRS 8, entende-se os componentes de uma entidade sobre os quais estão disponíveis informações financeiras separadas, que são avaliadas com regularidade pelo principal tomador de decisões operacionais.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

- **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Informações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas Controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

- **Operações em Moeda Estrangeira**

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,2171 (Em 31 de dezembro de 2021: US\$ 1,00 = R\$ 5,5805).

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- i. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- iii. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações são apropriadas de maneira "*pro rata temporis*" (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após

o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 23.c.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

e) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. No primeiro semestre de 2022 foi editada a MP nº 1.115/22, que majorou a alíquota da CSLL em 1%, passando de 20% para 21% no período de agosto/22 a dezembro/22. No segundo semestre de 2021 a alíquota da contribuição social foi majorada em 5%, passando de 20% para 25% no período de julho a dezembro de 2021, nos termos da Medida Provisória nº 1.034/21, para o setor bancário.

Os impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelo Banco e Controladas e estão registradas pelo custo de aquisição e sendo depreciadas pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo em conformidade com o que trata a Resolução CMN nº 4.967/21.

h) Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

i) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

k) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- i. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- ii. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

- iii. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- iv. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

l) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

m) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 18.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

n) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma:

- i. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- ii. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

o) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

p) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- i. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*): o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- ii. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- iii. Ativos e Passivos Contingentes: As contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- iv. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. DEMONSTRAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

MB – Consolidado	Financeiras ⁽¹⁾	Outros ⁽¹⁾	Eliminação	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	1.226.392	7.041	(7.038)	1.226.395	984.733
Instrumentos Financeiros	12.247.570	298.586	(292.686)	12.253.470	10.042.686
Ativos Fiscais	680.223	6.675	(1.408)	685.490	697.507
Outros Ativos	503.895	5.599	(102.008)	407.486	448.010
Investimentos	189.474	6.500	(173.643)	22.331	2.689
Propriedade para Investimento	-	3.097	-	3.097	3.129
Imobilizado	138.177	11.245	-	149.422	162.891
Intangível	100.737	-	-	100.737	81.720
Total do Ativo	15.086.468	338.743	(576.783)	14.848.428	12.423.365
Passivos financeiros	12.762.246	-	(252.373)	12.509.873	10.233.617
Passivos Fiscais	49.160	6.179	-	55.339	49.811
Provisões	266.923	3.572	-	270.495	280.339
Outros Passivos	688.804	107.792	(103.416)	693.180	688.130
Patrimônio Líquido	1.319.335	221.200	(220.994)	1.319.541	1.171.468
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	15.086.468	338.743	(576.783)	14.848.428	12.423.365

⁽¹⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽¹⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

MB – Consolidado	Financeiras ⁽¹⁾	Outros ⁽¹⁾	Eliminação	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira	3.670.720	23.955	(23.655)	3.671.020	2.606.505
Despesas da Intermediação Financeira	(1.228.720)	-	23.655	(1.205.065)	(372.776)
(-) Provisão para perdas esperadas	(327.431)	-	-	(327.431)	(344.697)
Resultado da Intermediação Financeira	2.114.569	23.955	-	2.138.524	1.889.032
Receitas / (Despesas) Operacionais	(1.894.653)	97.104	(89.433)	(1.886.982)	(1.759.446)
Receita de Prestação de Serviços	296.015	154.263	(15.408)	434.870	352.594
Participação em Controladas	89.435	-	(89.435)	-	-
Despesas de Pessoal	(471.741)	(25.548)	-	(497.289)	(491.407)
Outras Despesas Administrativas	(848.111)	(14.249)	15.559	(846.801)	(851.450)
Despesas Tributárias	(147.519)	(18.026)	-	(165.545)	(148.268)
Outras Receitas Operacionais	88.887	2.435	(149)	91.173	77.650
Outras Despesas Operacionais	(788.202)	(1.589)	-	(789.791)	(607.523)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(113.417)	(182)	-	(113.599)	(91.042)
Resultado Operacional	219.916	121.059	(89.433)	251.542	129.586
Resultado não Operacional	12.590	1	-	12.591	3.491
IR e CS	(32.064)	(31.454)	-	(63.518)	54.286
Participação dos não Controladores	(45)	2	(1)	(44)	(2.876)
Lucro Líquido dos Exercícios	200.397	89.608	(89.434)	200.571	184.487

⁽¹⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽¹⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Disponibilidades	1.226.392	984.730	1.226.395	984.733
Aplicações interfinanceiras de liquidez	550.318	202.102	576.235	227.844
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	458.400	196.046	484.317	221.788
Aplicações em depósitos interfinanceiros	91.918	6.056	91.918	6.056
Total	1.776.710	1.186.832	1.802.630	1.212.577

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Aplicações no mercado aberto	515.079	328.004	515.079	328.004
Posição bancada	458.400	196.046	484.317	221.788
Posição financiada	56.679	131.958	30.762	106.216
Aplicações em depósitos interfinanceiros	224.739	206.861	170.145	81.874
Total	739.818	534.865	685.224	409.878
Circulante	673.716	415.881	625.788	379.128
Não circulante	66.102	118.984	59.436	30.750

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição Títulos e Valores Mobiliários

MB – Múltiplo	Dez / 2022		Dez / 2021	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	751.613	751.654	940.679	947.826
Cotas de participação da CIP	-	-	225	9.259
Letras Financeiras do Tesouro	750.652	750.693	939.035	937.148
Debêntures	961	961	1.419	1.419
Total Geral	751.613	751.654	940.679	947.826
Total Contábil	751.613	751.654	940.679	947.826
Circulante	-	-	348.552	348.539
Não circulante	751.613	751.654	592.127	599.287

MB – Consolidado	Dez / 2022		Dez / 2021	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	929.567	938.970	1.150.264	1.165.455
Cotas de participação da CIP	-	-	225	9.259
Cotas de Fundos de Investimento	267	267	16.984	16.984
Cotas de Fundos em Participações	5.633	5.633	5.456	5.456
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	12.550	12.550	4.882	4.882
Cotas de Fundo Imobiliário	25.359	34.719	27.555	35.602
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	15.878	15.878
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	100.729	100.729	90.706	90.706
Certificado de Recebíveis Imobiliários	28.458	28.458	30.302	30.301
Letras Financeiras do Tesouro	754.316	754.359	946.067	944.178
Debêntures	2.255	2.255	12.209	12.209
Títulos Mantidos até o Vencimento	863	863	1.926	1.926
Fundo de investimentos em direitos creditórios	863	863	1.926	1.926
Total Geral	930.430	939.833	1.152.190	1.167.381
Total Contábil	930.430	939.833	1.152.190	1.167.381
Circulante	37.042	42.944	387.961	410.386
Não circulante	893.388	896.889	764.229	756.995

b) Títulos e Valores Mobiliários por prazo

MB– Múltiplo	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Indeterminado	Total
Títulos Disponíveis para Venda	-	403.845	-	207.620	61.464	78.725	-	751.654
Letras Financeiras do Tesouro	-	402.884	-	207.620	61.464	78.725	-	750.693
Debêntures	-	961	-	-	-	-	-	961
Total em 31/12/2022	-	403.845	-	207.620	61.464	78.725	-	751.654
Total em 31/12/2021	348.539	-	350.866	-	183.710	55.452	9.259	947.826

MB– Consolidado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos Disponíveis para Venda	37.042	411.243	53.391	224.480	66.038	93.607	53.169	938.970
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-	267	267
Cotas de Fundos em Participações	-	-	-	-	-	-	5.633	5.633
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	-	-	-	-	-	12.550	12.550
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	-	-	-	-	34.719	34.719
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	29.570	3.750	50.550	16.859	-	-	-	100.729
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6.177	1.200	2.841	-	3.358	14.882	-	28.458
Letras Financeiras do Tesouro	-	405.333	-	207.621	62.680	78.725	-	754.359
Debêntures	1.295	960	-	-	-	-	-	2.255
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	863	-	-	-	-	-	863
Fundo de investimentos em direitos creditórios	-	863	-	-	-	-	-	863
Total em 31/12/2022	37.042	412.106	53.391	224.480	66.038	93.607	53.169	939.833
Total em 31/12/2021	387.946	4.491	415.840	5.100	210.366	111.939	31.699	1.167.381

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de participação da CIP em 2021, eram registradas de acordo o valor atual do patrimônio social da CIP conforme informado pela Clearing na data de fechamento. Em dezembro de 2022, houve a reclassificação dos títulos para o grupo de outros investimentos, decorrente do processo de desmutualização e aumento de capital na participação acionária na CIP S/A, que passa a ser controladora da CIP e passamos a deter o mesmo percentual na CIP S/A.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 31 de dezembro de 2022, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 961 (R\$ 8.346 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 1.425 (R\$ 8.510 em dezembro de 2021).

c) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados dos Títulos e valores mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", os quais são apresentados a seguir:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	187.828	54.050	172.549	51.366
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	156.001	48.648	156.001	48.648
Posição bancada	143.509	41.944	143.509	41.944
Posição financiada	12.492	6.704	12.492	6.704
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.827	5.402	16.548	2.718
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	88.301	37.735	115.162	48.377
Rendas de títulos de renda fixa	80.781	39.755	108.434	51.257
Rendas de outros títulos e valores mobiliários	7.520	(2.020)	6.728	(2.880)
Total	276.129	91.785	287.711	99.743

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Conta de Compensação	Valor de Referência		Valor Justo	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱ⁾				
Posição passiva - Moeda estrangeira	1.757	121.326	1.742	123.834
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱⁱ⁾				
Posição passiva Taxa de Juros	1.023.950	540.453	1.022.701	540.147
Contrato de Futuro – Mini-Índice ⁽ⁱⁱⁱ⁾				
Posição ativa – Ibovespa	1.267	466	1.255	468
Contrato de Futuro – DAP^(iv)				
Posição passiva – Taxa de Juros	355.392	9.198	355.431	9.213
Total	1.382.366	671.443	1.381.129	673.662

⁽ⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(iv) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações indexadas ao IPCA.

b) Instrumentos financeiros derivativos por prazo

Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – Dólar		1.757	-	-	1.757
Contrato de Futuro – DI	B3	-	-	1.023.950	1.023.950
Contrato de Futuro – Mini-Índice		1.267	-	-	1.267
Contrato de Futuro – IPCA(DAP)		-	305.982	49.410	355.392
Total em 31/12/2022		3.024	305.982	1.073.360	1.382.366
Total em 31/12/2021		121.792	-	549.651	671.443

c) Ganhos e perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro –Dólar	14.174	(9.113)	5.061
Contrato de Futuro – DI	381.854	(320.072)	61.782
Contrato de Futuro – Mini-Índice	1.303	(1.277)	26
Contrato de Futuro – DAP	29.692	(40.440)	(10.748)
Total em 31/12/2022	427.023	(370.902)	56.121
Total em 31/12/2021	334.733	(293.227)	41.506

d) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

A efetividade das operações de *Hedge Accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *Hedge Accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

<i>Hedge Accounting</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	1.019.938	559.048	1.024.470	539.627
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(1.024.470)	(539.621)	(1.024.470)	(539.621)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Operações de crédito	10.470.693	8.297.365	10.783.210	8.651.485
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	24.151	-	24.151
Devedores por compra de valores e bens	55.364	49.632	55.364	49.632
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	135.554	123.621	135.021	123.489
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	55.583	-	55.583
Subtotal	10.661.611	8.550.352	10.973.595	8.904.340
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i>	4.531	(19.421)	4.531	(19.421)
Total	10.666.142	8.530.931	10.978.126	8.884.919
Circulante	4.851.586	3.528.526	4.965.791	3.667.420
Não circulante	5.814.556	5.002.405	6.012.335	5.217.499

8.1. Operações de crédito e de outros créditos:

a) Composição da carteira por produto

Nível	MB – Múltiplo									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Dez / 2022	Dez / 2021
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	4	1.622.413	13.980	18.622	12.885	15.446	11.141	11.172	115.088	1.820.751	1.583.125
Crédito Consignado INSS	143	5.235.899	10.527	18.144	18.511	16.370	12.691	13.833	65.898	5.392.016	4.805.355
Empréstimo FGTS	1.519.156	1.433	95	94	68	40	66	36	25	1.521.013	219.412
Capital de Giro	112.371	257.115	39.315	24.110	34.671	6.171	30.959	-	340	505.052	500.539
Crédito Rural	11.320	3.785	-	-	-	-	-	-	-	15.105	71.394
Renegociação	-	-	-	-	115.511	10.650	13.362	16.576	79.319	235.418	148.249
Cartão de Crédito Consignado	1	363.926	594	771	609	717	507	973	4.282	372.380	263.357
Crédito Consignado Público	-	312.317	4.050	1.430	2.575	1.135	924	729	7.218	330.378	391.320
Cheque Empresa	-	2.262	5.539	-	2.245	70	103	60	342	10.621	12.430
Cheque Especial	66	76.696	2.783	3.617	4.072	3.041	2.050	1.413	16.409	110.147	69.329
Conta Garantida	503	11.437	2.286	2.732	1.707	809	-	-	-	19.474	19.379
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734
Crédito Imobiliário	1.628	232	44.348	-	-	-	-	-	-	46.208	47.033
Cartão de Crédito	1.128	75.921	5.292	2.594	1.773	915	729	541	3.530	92.423	90.592
Crédito Pessoal	27.991	43.554	31.831	486	190	171	114	53	350	104.740	168.630
Outros	39.487	11.382	2.232	7.522	3.905	20	9	19.995	1.333	85.885	80.474
Total geral	1.713.798	8.018.372	162.872	80.122	198.722	55.555	72.655	65.381	294.134	10.661.611	8.550.352
Perda Esperada	-	40.079	1.629	2.404	19.872	16.666	36.328	45.767	294.134	456.879	464.848

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Nível	MB – Consolidado									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Dez / 2022	Dez / 2021
Credito Pessoal INSS Débito em Conta	4	1.622.413	13.980	18.622	12.885	15.446	11.141	11.172	115.088	1.820.751	1.583.125
Crédito Consignado INSS	143	5.276.449	14.495	21.447	19.959	16.949	12.803	13.972	66.461	5.442.678	4.845.430
Empréstimo FGTS	1.519.156	1.433	95	94	68	40	66	36	25	1.521.013	219.412
Capital de Giro	176.579	266.026	39.315	24.110	34.671	6.171	30.959	-	340	578.171	625.077
Crédito Consignado Público	-	473.582	9.285	3.272	6.102	3.480	1.970	1.635	10.689	510.015	573.474
Renegociação	-	-	-	-	115.559	10.655	13.368	16.589	79.351	235.522	148.431
Crédito Rural	11.320	3.785	-	-	-	-	-	-	-	15.105	71.394
Cartão de Crédito Consignado	1	363.926	594	771	609	717	507	973	4.282	372.380	263.357
Cheque Empresa	-	2.262	5.539	-	2.245	70	103	60	342	10.621	12.430
Cheque Especial	66	76.696	2.783	3.617	4.072	3.041	2.050	1.413	16.409	110.147	69.329
Conta Garantida	503	11.437	2.286	2.732	1.707	809	-	-	-	19.474	19.379
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734
Crédito Imobiliário	1.628	232	44.348	-	-	-	-	-	-	46.208	47.033
Cartão de Crédito	1.128	75.921	5.292	2.594	1.773	915	729	541	3.530	92.423	90.592
Crédito Pessoal	27.991	43.554	31.831	486	190	171	114	53	350	104.740	168.630
Financiamento Veículos - CDC	3.415	614	3.222	-	-	-	1.697	-	24	8.972	7.172
Outros	38.958	11.402	2.232	7.522	3.904	20	8	19.995	1.334	85.375	80.341
Total geral	1.780.892	8.229.732	175.297	85.267	203.744	58.484	75.515	66.439	298.225	10.973.595	8.904.340
PCLD	-	41.136	1.753	2.558	20.374	17.545	37.759	46.507	298.225	465.857	475.232

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

	MB – Múltiplo	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	1.713.731	8.015.263	131.244	13.021	107.589	15.060	32.825	24.113	87.569	10.140.415	95,11
	01 a 30 dias	64.170	650.575	7.994	3.186	4.924	1.046	143	149	1.914	734.101	6,89
	31 a 60 dias	115.757	373.819	2.297	337	2.974	783	164	20.123	60.293	576.547	5,41
	61 a 90 dias	2.716	342.172	4.059	331	2.152	1.466	150	123	639	353.808	3,32
	91 a 180 dias	196.804	847.207	7.528	847	3.063	2.133	326	333	9.243	1.067.484	10,01
	181 a 360 dias	368.190	1.378.815	12.151	1.684	4.619	3.670	427	1.042	10.970	1.781.568	16,71
	Acima de 360 dias	966.094	4.422.675	97.215	6.636	89.857	5.962	31.615	2.343	4.510	5.626.907	52,77
	Vencidas até 14 dias	67	3.109	337	28	14.497	72	1.086	27	807	20.030	0,19
	Total em 31/12/2022	1.713.798	8.018.372	131.581	13.049	122.086	15.132	33.911	24.140	88.376	10.160.445	95,30
	Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	135.870	16.626	129.176	30.749	49.590	13.097	87.845	8.026.740	93,88
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	23.580	54.963	60.520	26.356	25.817	28.006	97.555	316.797	2,97
	01 a 30 dias	-	-	2.035	2.530	7.313	1.327	1.174	1.056	4.686	20.121	0,19
	31 a 60 dias	-	-	1.694	2.281	2.279	1.216	1.087	941	4.345	13.843	0,13
	61 a 90 dias	-	-	1.376	2.313	2.087	1.098	996	865	3.974	12.709	0,12
	91 a 180 dias	-	-	3.427	5.867	5.072	2.800	2.209	2.274	10.353	32.002	0,30
	181 a 360 dias	-	-	4.371	9.005	9.342	4.056	3.977	4.442	16.008	51.201	0,48
	Acima de 360 dias	-	-	10.677	32.967	34.427	15.859	16.374	18.428	58.189	186.921	1,75
	Parcelas vencidas	-	-	7.711	12.110	16.116	14.067	12.927	13.235	108.203	184.369	1,73
	01 a 14 dias	-	-	-	18	891	78	249	136	229	1.601	0,02
	15 a 30 dias	-	-	7.427	2.777	3.234	2.184	1.256	1.229	17.262	35.369	0,33
	31 a 60 dias	-	-	284	8.509	3.008	1.930	1.700	1.367	8.491	25.289	0,24
	61 a 90 dias	-	-	-	554	7.583	2.281	1.971	1.541	8.981	22.911	0,21
	91 a 180 dias	-	-	-	252	1.400	7.066	6.659	6.634	40.459	62.470	0,59
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	528	1.092	2.328	30.671	34.619	0,32
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	2.110	2.110	0,02
	Total em 31/12/2022	-	-	31.291	67.073	76.636	40.423	38.744	41.241	205.758	501.166	4,70
	Total em 31/12/2021	-	-	66.136	72.121	46.230	36.773	47.145	49.190	206.017	523.612	6,12
Total	Total em 31/12/2022	1.713.798	8.018.372	162.872	80.122	198.722	55.555	72.655	65.381	294.134	10.661.611	100,00
	Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	202.006	88.747	175.406	67.522	96.735	62.287	293.862	8.550.352	100,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

	MB – Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	1.780.825	8.226.562	134.689	13.021	107.636	15.064	33.638	24.113	87.573	10.423.121	94,99
	01 a 30 dias	66.103	654.568	8.101	3.186	4.928	1.047	175	149	1.914	740.171	6,75
	31 a 60 dias	118.969	383.634	2.414	337	2.977	783	196	20.123	60.293	589.726	5,37
	61 a 90 dias	5.144	345.878	4.156	331	2.154	1.466	182	123	640	360.074	3,28
	91 a 180 dias	204.796	866.244	7.838	847	3.070	2.134	418	333	9.243	1.094.923	9,98
	181 a 360 dias	382.796	1.411.791	12.731	1.684	4.630	3.671	601	1.042	10.971	1.829.917	16,68
	Acima de 360 dias	1.003.017	4.564.447	99.449	6.636	89.877	5.963	32.066	2.343	4.512	5.808.310	52,93
	Vencidas até 14 dias	67	3.170	337	28	14.497	72	1.086	27	807	20.091	0,18
	Total em 31/12/2022	1.780.892	8.229.732	135.026	13.049	122.133	15.136	34.724	24.140	88.380	10.443.212	95,17
	Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	139.914	16.682	129.239	30.749	50.694	13.137	87.875	8.346.892	93,75
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	32.064	59.685	65.000	28.855	27.589	28.841	100.769	342.803	3,12
	01 a 30 dias	-	-	2.488	2.659	7.417	1.384	1.230	1.078	4.778	21.034	0,19
	31 a 60 dias	-	-	2.286	2.466	2.462	1.321	1.170	986	4.504	15.195	0,14
	61 a 90 dias	-	-	1.689	2.413	2.132	1.134	1.036	876	4.011	13.291	0,12
	91 a 180 dias	-	-	4.610	6.270	5.397	3.000	2.385	2.355	10.631	34.648	0,32
	181 a 360 dias	-	-	5.957	9.693	9.926	4.414	4.295	4.576	16.499	55.360	0,50
	Acima de 360 dias	-	-	15.034	36.184	37.666	17.602	17.473	18.970	60.346	203.275	1,85
	Parcelas vencidas	-	-	8.207	12.533	16.611	14.493	13.202	13.458	109.076	187.580	1,71
	01 a 14 dias	-	-	-	18	891	78	249	135	229	1.600	0,01
	15 a 30 dias	-	-	7.885	2.930	3.354	2.259	1.322	1.260	17.366	36.376	0,33
	31 a 60 dias	-	-	322	8.651	3.125	2.007	1.767	1.399	8.591	25.862	0,24
	61 a 90 dias	-	-	-	641	7.637	2.325	1.982	1.555	9.028	23.168	0,21
	91 a 180 dias	-	-	-	293	1.604	7.253	6.745	6.726	40.726	63.347	0,58
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	571	1.137	2.383	30.927	35.018	0,32
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	2.209	2.209	0,02
	Total em 31/12/2022	-	-	40.271	72.218	81.611	43.348	40.791	42.299	209.845	530.383	4,83
	Total em 31/12/2021	-	-	82.892	77.631	48.614	38.248	49.117	49.884	211.062	557.448	6,25
Total	Total em 31/12/2022	1.780.892	8.229.732	175.297	85.267	203.744	58.484	75.515	66.439	298.225	10.973.595	100,00
	Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	222.806	94.313	177.853	68.997	99.811	63.021	298.937	8.904.340	100,00

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Dez / 2022	%	Dez / 2021	%	Dez / 2022	%	Dez / 2021	%
Pessoa Física	9.845.568	92,35	7.704.979	90,11	10.074.919	91,81	7.928.000	89,04
Pessoa Jurídica	816.043	7,65	845.373	9,89	898.676	8,19	976.340	10,96
Industria	356.562	3,34	395.314	4,62	364.674	3,32	440.059	4,94
Comércio	18.373	0,17	26.458	0,31	25.310	0,23	39.623	0,44
Serviços	441.108	4,14	423.601	4,96	508.692	4,64	496.658	5,58
Total geral	10.661.611	100,00	8.550.352	100,00	10.973.595	100,00	8.904.340	100,00

d) Concentração da carteira de crédito

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Dez / 2022	%	Dez / 2021	%	Dez / 2022	%	Dez / 2021	%
10 Maiores Devedores	398.934	3,74%	473.870	4,95	425.297	3,88%	511.337	5,14
50 Maiores Devedores	830.712	7,79%	954.478	9,96	889.353	8,10%	1.065.593	10,71
100 Maiores Devedores	939.004	8,81%	1.105.144	11,54	1.009.796	9,20%	1.227.925	12,35

8.2. Rendas de operações de crédito e cessão de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Rendas de empréstimos e títulos descontados	3.099.822	2.097.752	3.162.265	2.147.967
Renda de Cessão de Crédito	95.603	146.235	95.603	146.235
Rendas de financiamentos	3.755	3.389	5.304	4.253
Rendas de financiamentos rurais	2.318	14.354	2.318	14.354
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	56.929	132.433	59.665	134.641
Total	3.258.427	2.394.163	3.325.155	2.447.450

8.3. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Com característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos exercícios	464.848	455.253	474.232	463.853
Constituição de provisão	804.296	576.129	817.965	590.207
Reversão de provisão	(442.568)	(241.369)	(449.763)	(246.510)
Efeito no resultado	361.728	334.760	368.202	343.697
Baixa	(369.697)	(325.165)	(376.577)	(333.318)
Saldos no final dos exercícios	456.879	464.848	465.857	474.232
Sem característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos exercícios	49.165	8.394	51.471	10.394
Constituição de provisão	-	-	-	1.000
Reversão de provisão	(40.771)	-	(40.771)	-
Efeito no resultado	(40.771)	-	(40.771)	1.000
Incorporação MBIA	1.000	-	-	-
Entrada por transferência	1.099	40.771	1.162	40.771
Saída por transferência	(600)	-	(600)	(694)
Saldos no final dos exercícios	9.893	49.165	11.262	51.471
Total	466.772	514.013	477.119	525.703
Circulante	210.972	204.539	213.993	208.731
Não circulante	255.800	309.474	263.126	316.972

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no individual e consolidado, é como segue:

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	216	236
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	48
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	498	1.457
Outras fianças bancárias	1.109	1.037
Total - Circulante	1.871	2.778

8.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

a) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

No individual e consolidado, referidas operações são conforme segue:

Descrição	Dez / 2022			Dez / 2021		
	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado
Crédito Consignado INSS	631.676	536.073	95.603	838.769	692.533	146.235

b) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

No individual e consolidado, referidas posições estavam representadas, a valor presente, conforme abaixo.

Saldos	Dez / 2022		Dez / 2021	
	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas
Crédito Consignado INSS	696.535	752.950	216.211	226.402
Circulante	197.666	201.867	55.928	56.620
Não circulante	498.869	551.083	160.283	169.782

9. ATIVOS FISCAIS

9.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
COFINS – Lei nº 9.718/98 ⁽ⁱ⁾	8.335	7.972	8.335	7.972
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	89.833	21.304	100.331	31.414
IRPJ / CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.829	-	8.760	3.730
Impostos e contribuições retidos na fonte	10.242	762	9.213	1.561
Antecipação IRPJ/CSLL	-	34.461	739	35.245
INSS	-	3.640	-	3.653
Outros	1.946	625	2.741	1.167
Total	115.185	68.764	130.119	84.742
Circulante	10.787	35.223	11.921	38.753
Não circulante	104.398	33.541	118.198	45.989

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial transitada em julgado, em 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou-se a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Da mesma forma é o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos. Não obstante os trânsitos em julgado, há discussão administrativa em andamento sobre o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. A avaliação de risco por consultores jurídicos externos é remoto.

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal – STF em setembro de 2021, referente a exclusão na base de cálculo do IRPJ e CSLL de juros equivalentes a taxa selic sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

Créditos a recuperar “sub judice”

Em novembro de 2005, o STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 17.129 (R\$ 20.607 em dezembro de 2021).

9.2. Diferidos - Créditos Tributários

a) Composição dos créditos tributários

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Base de Cálculo - Imposto de Renda	1.146.846	1.300.750	1.208.448	1.347.222
Prejuízo fiscal	137.454	243.375	163.535	258.788
Diferenças temporárias	1.009.392	1.057.375	1.044.913	1.088.434
Total do efeito do Imposto de Renda	286.712	325.188	302.112	336.806
Base de Cálculo - Contribuição Social	1.167.187	1.315.290	1.231.057	1.363.439
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	-	-	4.015	-
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	-	-	25.740	23.745
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	1.009.392	1.057.375	1.015.158	1.064.688
Base negativa à alíquota de 9%	-	-	1.702	-
Base negativa à alíquota de 15%	-	-	26.647	17.091
Base negativa à alíquota de 20%	157.795	257.915	157.795	257.915
Efeito da CSLL	233.437	263.058	242.964	270.645
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	10.025	4.750	10.295	5.314
Total do efeito da Contribuição Social	243.462	267.808	253.259	275.959
Total – Não Circulante	530.174	592.996	555.371	612.765

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

b) Movimentação dos créditos tributários

Crédito Tributário	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda						
Saldos em 31/12/2021	264.344	60.844	-	272.108	64.698	-
Constituição	201.253	-	-	207.713	612	-
Realização	(215.224)	(2.020)	-	(218.594)	-	-
Reclassificação	-	(24.460)	-	-	(24.425)	-
Incorporação MBIA	1.975	-	-	-	-	-
Efeito no resultado	(11.996)	(26.480)	-	(10.881)	(23.813)	-
Saldos em 31/12/2022	252.348	34.364	-	261.227	40.885	-
Contribuição Social						
Saldos em 31/12/2021	211.475	51.583	4.750	216.500	54.145	5.314
Constituição	160.113	-	-	165.064	941	-
Realização	(172.179)	(624)	(561)	(174.308)	-	(863)
Reclassificação	-	(19.400)	5.836	-	(19.378)	5.844
Incorporação MBIA	2.469	-	-	-	-	-
Efeito no resultado	(9.597)	(20.024)	-	(9.244)	(18.437)	-
Saldos em 31/12/2022	201.878	31.559	10.025	207.256	35.708	10.295
Total		530.174			555.371	

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 98.879 (R\$ 100.564 em dezembro de 2021) e no consolidado em R\$ 106.340 (R\$ 106.830 em dezembro de 2021) e estão ativados com realização prevista até 2027.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Exercícios	MB – Múltiplo					
	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
		Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Dez / 2022	Dez / 2021
2022	-	-	-	-	-	207.777
2023	104.727	83.494	1.161	84.655	189.382	95.403
2024	90.937	72.117	3.028	75.145	166.082	61.430
2025	17.614	19.392	-	19.392	37.006	20.420
2026	72	57	-	57	129	153.321
2027	73.362	58.377	5.836	64.213	137.575	18.609
2028 a 2030	-	-	-	-	-	36.036
Total	286.712	233.437	10.025	243.462	530.174	592.996
Valor Presente	219.012		184.730		403.742	469.870

Exercícios	MB – Consolidado					
	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
		Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Dez / 2022	Dez / 2021
2022	-	-	-	-	-	211.326
2023	106.948	84.780	1.291	86.071	193.019	99.618
2024	93.616	73.649	3.028	76.677	170.293	62.984
2025	19.103	20.207	-	20.207	39.310	21.896
2026	1.955	1.107	-	1.107	3.062	161.913
2027	79.773	62.151	5.976	68.127	147.900	18.992
2028 a 2030	717	1.070	-	1.070	1.787	36.036
Total	302.112	242.964	10.295	253.259	555.371	612.765
Valor Presente	229.330		191.192		420.522	485.272

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2022 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

Em 2022, o Banco realizou o reprocessamento das bases tributárias de IR/CS, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indébitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS. Como consequência do reprocessamento, o Banco baixou os créditos tributários registrados no montante de R\$ 34.744 (Consolidado R\$ 34.655) (vide nota nº 9.1).

9.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Resultado antes dos impostos	233.608	118.686	264.133	133.077
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(27.201)	(89.632)
Base de cálculo	233.608	118.686	236.932	43.445
Alíquota nominal	45%	45%	45%	45%
Despesa nominal	(105.124)	(53.409)	(106.619)	(19.550)
Ajustes à despesa nominal	75.864	118.458	46.877	87.233
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	667	752	719	762
Incorporação MBIA	(4.444)	-	-	-
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	(4.495)	(14.159)
Receita / (Despesa) com IRPJ e CSLL	(33.037)	65.801	(63.518)	54.286

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

10. OUTROS ATIVOS

10.1. Ativos não financeiros mantidos para venda

MB – Múltiplo	Imóveis	Veículos e afins	Total
Saldo em 31/12/2021	60.237	315	60.554
Adições	37.832	2	37.834
(-) Baixas	(24.514)	(17)	(24.531)
Subtotal em 31/12/2022	73.555	300	73.855
(-) Provisão (impairment) em 31/12/2021	(28.128)	(15)	(28.143)
(-) Adições	(4.903)	-	(4.903)
Baixas	14.506	-	14.506
(-) Subtotal em 31/12/2022	(18.525)	(15)	(18.540)
Saldo Líquido em 31/12/2022	55.030	285	55.315

MB – Consolidado	Imóveis	Veículos e afins	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	65.989	315	2	66.306
Adições	32.080	2	-	32.082
(-) Baixas	(24.514)	(17)	-	(24.531)
Subtotal em 31/12/2022	73.555	300	2	73.857
(-) Provisão (impairment) em 31/12/2021	(28.128)	(15)	(2)	(28.145)
(-) Adições	(4.903)	-	-	(4.903)
Baixas	14.506	-	-	14.506
(-) Subtotal em 31/12/2022	(18.525)	(15)	(2)	(18.542)
Saldo Líquido em 31/12/2022	55.030	285	-	55.315

10.2. Despesas antecipadas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Custo seguro garantia – fiança ⁽ⁱ⁾	18.567	35.653	20.639	38.905
Gastos com mídias digitais ⁽ⁱⁱ⁾	18.480	-	18.480	-
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	23.331	8.965	23.550	9.212
Total	60.378	44.618	62.669	48.117
Circulante	28.617	24.372	30.286	26.297
Não circulante	31.761	20.246	32.383	21.820

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱ⁾ Recursos aplicados na geração de negócios através de meios digitais na originação de operações de crédito.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

10.3. Devedores por depósitos em garantia

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Depósitos recursais trabalhistas	15.006	18.016	16.242	19.272
Depósitos judiciais trabalhistas	37.829	45.690	37.978	45.882
Depósitos judiciais fiscais	70.308	58.740	96.023	91.532
Depósitos de ações cíveis	16.978	13.939	19.634	16.214
Total – Não circulante	140.121	136.385	169.877	172.900

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 16.a).

10.4. Títulos e créditos a receber – Sem característica de concessão de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Créditos a receber ⁽ⁱ⁾	2.946	-	4.572	4.881
Precatórios ⁽ⁱ⁾	10.240	10.964	11.547	18.970
Direitos creditórios ⁽ⁱ⁾	39.054	35.157	39.054	35.157
Títulos de capitalização	5.085	5.085	5.485	5.485
Outros	1.549	68	1.650	107
Total	58.874	51.274	62.308	64.600
Circulante	9.634	10.464	10.136	13.042
Não circulante	49.240	40.810	52.172	51.558

⁽ⁱ⁾ Os Títulos e Créditos a Receber registraram provisão no montante de R\$ 9.893 (R\$ 49.165 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 11.262 (R\$ 51.471 em dezembro de 2021).

10.5. Devedores diversos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Empréstimos consignados a processar ⁽¹⁾	1.797	1.245	1.901	1.347
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	25.067	38.954	25.067	38.954
Outros	5.215	4.609	5.547	4.933
Total - Circulante	32.079	44.808	32.515	45.234

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, às parcelas de Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no individual e consolidado.

⁽¹⁾ Refere-se a valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em sociedades controladas

MB – Múltiplo	MBIA (1)	CREDITAAQUI (2)	BMI (3)	MBC (4)	MBD (5)	BEM AQUI (6)	MBMEI (7)	DOMO (8)	SANSA (9)	COSEFI (10)	Dez / 2022	Dez / 2021
Capital social	-	135.075	82.028	24.938	19.250	92.281	43.000	11.500	5.070	18.408	431.550	362.561
Patrimônio Líquido	-	251.288	132.130	21.233	20.748	104.593	93.423	10.913	2.756	25.346	662.430	674.834
Total de ações	-	15.480	4.416	166.902	113	14.648	43.000	9.775	6	11.548	-	-
Ações ON	-	9.673	4.031	141.341	113	14.648	43.000	9.775	6	11.548	-	-
Ações PN	-	5.807	385	25.561	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação %	-	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	85,00	1,03	20,23	-	-
Lucro / (Prejuízo) societário do período	94	(5.842)	9.758	(279)	1.929	60.921	27.686	1.458	(2.393)	862	94.194	85.643
Aumento de Capital em Controlada	-	-	-	-	15.000	-	-	5.525	-	-	20.525	4.250
Incorporação	(30.673)	-	-	-	-	-	-	-	29	5.132	(25.512)	-
Ajuste de variação patrimonial	-	-	662	-	-	-	-	-	-	-	662	1.029
Resultado de participações em controladas	94	(5.020)	8.887	(279)	1.929	60.921	27.685	1.239	(1)	81	95.536	83.073
(-) Dividendos/JCP distribuídos	-	-	(6.338)	-	(510)	(94.735)	(7.310)	-	-	(85)	(108.978)	(22.329)
Ganho / (Perda) de capital	-	(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	-
Valor dos investimentos	-	215.981	120.938	21.231	20.748	104.593	93.423	9.276	28	5.128	591.346	609.190

(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. (vide nota explicativa nº 2.2.)

(2) Creditaqui Financeira S.A. – CFI (vide nota nº 2.2.)

(3) Banco Mercantil de Investimentos S.A.

(4) Mercantil do Brasil Corretora S.A.

(5) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.

(6) Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.

(7) Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.

(8) Domo Digital Tecnologia S.A.

(9) Negócios Imobiliários S.A.

(10) Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

b) Eventos societários

Em AGE de 19 de Setembro de 2022, foi deliberado o aumento de capital social da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A., no valor de R\$ 15.000, com a subscrição de 88.236 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 170,00 reais por ação.

Em AGE de 07 de Outubro de 2022, foi deliberada a incorporação da subsidiária integral Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. – MBIA, sem a ocorrência de ágio ou deságio na operação, com versão da integralidade do seu acervo patrimonial para o Banco, que sucedeu à incorporada a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos dos artigos 227 da Lei nº 6.404/76 e normas complementares.

Em AGE de 16 de Novembro de 2022, foi deliberado o aumento de capital social da DOMO Digital Tecnologia S.A, no valor de R\$ 6.500, com emissão de 6.500.000 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 1,00 real por ação. Assim, o acionista Banco Mercantil do Brasil S.A. subscreveu e integralizou 5.525.000 ações, no valor de R\$ 5.525.

c) Outros Investimentos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
CIP S.A. (vide nota 6 b)	11.247	-	11.247	-
Gyramais Tecnologia S.A.	-	-	6.500	-
CERTA-Central de Registros Títulos e Ativos S.A.	4.140	2.241	4.140	2.241
Outros	323	328	444	448
Total – Não Circulante	15.710	2.569	22.331	2.689

d) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBMEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no exercício.

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Movimentação das propriedades para investimento, líquidos da depreciação:

MB – Consolidado	Terrenos	Edificações	Total
Subtotal em 31/12/2021	3.000	342	3.342
(-) Baixa	(13)	(14)	(27)
Subtotal em 31/12/2022	2.987	328	3.315
(-) Depreciação em 31/12/2021	-	(213)	(213)
(-) Depreciação no período	-	(200)	(200)
(-) Baixa	-	195	195
(-) Subtotal em 31/12/2022	-	(218)	(218)
Saldo Líquido em 31/12/2022	2.987	110	3.097

O valor justo dos bens monta a R\$ 50.378 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

13. IMOBILIZADO

Movimentação dos bens do imobilizado, líquidos da depreciação:

MB – Múltiplo	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Imobilizado em 31/12/2021	157.738	109.037	76.625	4.477	347.877
Adições	5.074	4.649	2.285	13.891	25.899
Entradas por transferências	8.664	233	86	-	8.983
(-) Saída por transferências	-	(233)	-	(8.750)	(8.983)
(-) Baixa	(2.769)	(27.762)	(1.086)	(37)	(31.654)
Subtotal em 31/12/2022	168.707	85.924	77.910	9.581	342.122
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.491)	(56.053)	(49.139)	(37)	(196.720)
(-) Depreciação no período	(22.374)	(10.340)	(5.723)	-	(38.437)
Baixa	2.722	27.475	979	37	31.213
(-) Subtotal em 31/12/2022	(111.143)	(38.918)	(53.883)	-	(203.944)
Saldo Líquido em 31/12/2022	57.564	47.006	24.027	9.581	138.178

MB – Consolidado	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	158.328	118.290	79.050	5.413	361.081
Adições	5.112	5.387	2.486	14.105	27.090
Entradas por transferências	8.664	233	86	-	8.983
(-) Saída por transferências	-	(233)	-	(8.750)	(8.983)
(-) Baixa	(2.875)	(27.839)	(1.168)	(37)	(31.919)
Subtotal em 31/12/2022	169.229	95.838	80.454	10.731	356.252
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.673)	(57.140)	(49.334)	(43)	(198.190)
(-) Depreciação no período	(22.487)	(11.558)	(5.984)	(13)	(40.042)
Baixa	2.827	27.517	1.021	37	31.402
(-) Subtotal em 31/12/2022	(111.333)	(41.181)	(54.297)	(19)	(206.830)
Saldo Líquido em 31/12/2022	57.896	54.657	26.157	10.712	149.422

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 100 (R\$ 108 em dezembro de 2021).

14. INTANGÍVEL

Movimentação dos itens do intangível, no individual e consolidado, líquido da amortização:

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	166.490	16.380	7	13.252	196.129
Adições	33.112	400	-	14.533	48.045
(-) Baixas	(3.169)	(5.950)	-	(500)	(9.619)
Subtotal em 31/12/2022	196.433	10.830	7	27.285	234.555
(-) Amortização em 31/12/2021	(101.336)	(10.510)	-	(2.563)	(114.409)
(-) Amortização no período	(20.106)	(2.247)	(2)	(6.616)	(28.971)
Baixas	3.144	5.918	-	500	9.562
(-) Subtotal em 31/12/2022	(118.298)	(6.839)	(2)	(8.679)	(133.818)
Saldo Líquido em 31/12/2022	78.135	3.991	5	18.606	100.737

15. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Depósitos

MB – Múltiplo	Vencimento							Dez / 2022	Dez / 2021
	Indeterminado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
À Vista	551.671	-	-	-	-	-	-	551.671	484.431
Poupança	196.467	-	-	-	-	-	-	196.467	226.084
Interfinanceiros	-	-	30.224	-	118.212	-	-	148.436	245.504
A Prazo	694	189.179	561.732	918.761	1.057.607	7.418.800	-	10.146.773	8.421.856
Total	748.832	189.179	591.956	918.761	1.175.819	7.418.800	-	11.043.347	9.377.875

MB – Consolidado	Vencimento							Dez / 2022	Dez / 2021
	Indeterminado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
À Vista	542.847	-	-	-	-	-	-	542.847	480.750
Poupança	196.467	-	-	-	-	-	-	196.467	226.084
Interfinanceiros	-	-	30.224	-	118.212	-	-	148.436	235.048
A Prazo	695	189.179	561.732	926.696	1.057.249	7.211.041	-	9.946.592	8.285.956
Outros	7.470	-	-	-	-	-	-	7.470	3.176
Total	747.479	189.179	591.956	926.696	1.175.461	7.211.041	-	10.841.812	9.231.014

15.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

MB – Múltiplo	Vencimento					Dez / 2022	Dez / 2021
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCA	3.484	14.918	7.036	17.279	-	42.717	66.573
Letras Financeiras	-	-	-	-	66.394	66.394	3.431
Total	3.484	14.918	7.036	17.279	66.394	109.111	70.004

MB – Consolidado	Vencimento					Dez / 2022	Dez / 2021
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCA	3.484	15.247	10.959	17.279	-	46.969	75.854
LCI	-	3.014	4.133	-	-	7.147	12.744
Letras Financeiras	-	-	-	-	66.394	66.394	3.431
Total	3.484	18.261	15.092	17.279	66.394	120.510	92.029

15.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Ano		Valor da operação	Dez / 2022	Dez / 2021
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ⁽ⁱ⁾	2016	2023	88.388	92.756	91.027
	2017	2024	115.612	129.738	123.997
	2017	2025	600	647	622
	2018	2025	68.373	81.312	75.208
	2019	2026	57.075	63.077	59.835
	2020	2027	27.045	28.793	28.208
	2021	2028	9.252	10.063	9.455
	2022	2029	153.120	161.658	-
	2022	2030	500	500	-
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar ⁽ⁱⁱ⁾	2018	Perpétua	4.300	4.334	4.322
	2019	Perpétua	25.650	26.923	26.306
	2020	Perpétua	15.000	16.098	16.303
	2022	Perpétua	5.900	6.039	-
Total Geral				621.938	435.283
Circulante				105.739	8.484
Não Circulante				516.199	426.799

⁽ⁱ⁾ Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

⁽ⁱⁱ⁾ Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II monta em R\$ 568.543 (R\$ 388.352 em dezembro de 2021) dos quais R\$ 283.918 (R\$ 195.333 em dezembro de 2021) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

15.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Depósitos	1.013.586	329.281	996.392	325.335
Despesas de LCA, LCI e LF	89.799	26.016	91.693	26.831
Operações compromissadas	12.542	6.668	9.919	4.313
Outras	14.522	12.896	14.624	13.031
Total	1.130.449	374.861	1.112.628	369.510

16. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Provisões para riscos fiscais	59.000	56.601	83.844	88.611
Provisões para processos trabalhistas	108.007	124.319	108.668	124.786
Provisões para processos cíveis	69.665	57.118	77.770	66.731
Outras	211	211	213	211
Total – Não circulante	236.883	238.249	270.495	280.339

As provisões trabalhistas são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos e as provisões cíveis são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
COFINS ^(I)	18.667	9.215	26.793	25.058
CSLL ^(II)	-	-	13.119	12.699
INSS ^(III)	27.909	27.387	29.507	28.914
PIS ^(IV)	7.721	7.521	9.467	9.221
ISS ^(V)	4.542	12.327	4.542	12.327
Outros	161	151	416	392
Total – Não circulante	59.000	56.601	83.844	88.611

^(I) Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSLL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros.

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2021	56.601	124.319	57.118	238.038	88.611	124.786	66.731	280.128
Constituição/(Realização)	(9.683)	35.282	80.157	105.756	(9.367)	35.888	87.078	113.599
Atualização Monetária	1.059	9.290	4	10.353	1.614	9.286	(1)	10.899
Liquidações	-	(60.884)	(67.614)	(128.498)	-	(61.292)	(76.038)	(137.330)
Atualização de Depósitos	2.148	-	-	2.148	2.986	-	-	2.986
Incorporação	8.875	-	-	8.875	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	59.000	108.007	69.665	236.672	83.844	108.668	77.770	270.282
Depósitos judiciais (vide nota nº 10.3.)	70.308	52.835	16.978	140.121	96.023	54.220	19.634	169.877

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 72/22. O

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 7.666 (R\$ 12.618 em dezembro de 2021), no individual e consolidado. As ações tributárias totalizaram R\$ 9.080 (R\$ 5.692 em dezembro de 2021), MB Consolidado R\$ 11.213 (R\$ 7.766 em dezembro de 2021).

17. OUTROS PASSIVOS

17.1. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

17.2. Credores diversos – País

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	53.671	64.200	53.609	64.200
Provisão para despesas administrativas	128.130	104.392	129.364	106.075
Comissões sobre intermediação de operação de crédito	9.196	16.266	10.259	17.064
Outros	53.014	54.947	55.688	55.303
Total – Circulante	244.011	239.805	248.920	242.642

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

MB – Múltiplo	Dez / 2022		Dez / 2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ações Ordinárias	65.155.744	371.388	65.155.744	306.232
Ações Preferenciais	39.675.836	226.152	39.675.836	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	597.540	104.831.580	492.708
Aumento de capital realizado	-	-	-	104.832
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(510.800)	(5.614)
Total do capital em circulação	104.483.080	593.710	104.320.780	591.926
Valor nominal em reais	5,70		5,70	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

a) Grupamento e Desdobramento de Ações

Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13 de outubro de 2021, proposta de grupamento e desdobramento simultâneas das ações de emissão do Banco, sem alteração do valor do capital social atual, aplicados para todas as ações, abrangendo tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, nas proporções de 100:1 e 1:200, respectivamente, não havendo, desta forma qualquer tipo de diluição nas respectivas posições acionárias. Referida proposta de grupamento e desdobramento de ações foi homologada pelo BACEN.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, mediante a capitalização de parcela dos valores disponíveis na reserva de lucros estatutária para aumento de capital, no valor de R\$ 104.832, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2022, em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

c) Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 09 de novembro de 2021, aprovou um programa de recompra de ações preferenciais de emissão do Mercantil do Brasil, que vigorou no período entre 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2021. Durante o Programa de Recompra, o Banco adquiriu 510.800 ações preferenciais pelo montante de R\$ 5.614 mantidas em tesouraria.

No 1º semestre de 2022, o Banco vendeu 162.300 ações preferenciais que estavam em tesouraria pelo montante de R\$ 1.704. O saldo das ações em tesouraria passou a perfazer 348.500 ações preferenciais pelo montante de R\$ 3.830.

18.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

18.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

MB – Múltiplo	Dez / 2022	Dez / 2021
Lucro líquido dos exercícios	200.571	184.487
(-) Reserva legal	(10.028)	(9.225)
Base de cálculo ajustada	190.543	175.262
Juros s/ capital próprio / Dividendos deliberados ou provisionados	57.957	50.931
Juros s/ capital próprio – Valor bruto	57.957	47.417
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(8.693)	(7.113)
Juros s/ capital próprio provisionados – Valor líquido	49.264	40.304
Dividendos	-	3.514

Os Juros sobre capital próprio / Dividendos, por ação, são conforme segue

Descrição	Valor bruto	IR	Valor líquido	Valor líquido por ação	
				Ordinária	Preferencial
Dez / 2022					
Juros sobre capital próprio deliberado ou provisionado ⁽¹⁾	57.957	(8.693)	49.264	0,45439568	0,49983525
Total	57.957	(8.693)	49.264	0,45439568	0,49983525
Dez / 2021					
Juros sobre capital próprio deliberado	47.417	(7.113)	40.304	0,54357925	0,59793845
Dividendos	3.514	-	3.514	0,03246200	0,03572800
Total	50.931	(7.113)	43.818	0,57604125	0,63366645

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2022 foi provisionado dividendos. Na AGO de 28 de setembro de 2022 foi aprovado a transformação dos dividendos em juros sobre capital próprio deliberados e pagos em 11 de outubro de 2022 no montante líquido de R\$ 23.408.

18.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2022	Dez / 2021
Número médio e final de ações	65.155.744	39.327.336	104.483.080	104.320.780
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.327.336	104.483.080	104.320.780
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	125.076	75.495	200.571	184.487
Lucro básico por ação	1,9197	1,9197	1,9197	1,7685

No exercício, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

19. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

19.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Tarifas bancárias – conta corrente	224.791	187.116	224.795	187.192
Renda de Intermediação de negócios	-	-	141.127	108.631
Serviços de arrecadação	28.725	18.080	28.725	18.080
Cartão de crédito	28.558	22.936	28.558	22.936
Cobrança	4.084	5.279	4.084	5.279
Administração de fundos de investimentos	-	-	2.276	2.258
Rendas de serviços prestados a ligadas	8.905	5.769	58	-
Outros	1.722	2.386	5.247	8.218
Total	296.785	241.566	434.870	352.594

19.2. Despesas de pessoal

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	18.878	20.257	36.006	34.817
Proventos de funcionários	230.121	232.659	239.287	239.361
Benefícios	84.104	83.735	87.759	86.434
Encargos sociais	87.219	89.959	94.895	96.432
Participações no lucro	34.775	29.908	38.941	34.287
Outros	399	64	401	76
Total	455.496	456.582	497.289	491.407

19.3. Outras despesas administrativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Água, energia e gás	12.583	12.620	13.470	13.262
Aluguéis	95.480	83.613	98.801	85.780
Amortização e depreciação	67.406	62.507	69.150	63.862
Comunicações	9.958	13.014	10.382	13.539
Materiais, manutenção e conservação de bens	32.138	34.456	33.260	35.113
Processamento de dados	114.124	86.421	110.732	89.661
Propaganda, publicidade e publicações	26.089	12.305	27.300	14.111
Serviços de terceiros	260.677	227.424	260.884	229.024
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	91.507	188.815	96.904	192.599
Serviços do sistema financeiro	19.220	11.484	18.529	11.200
Transportes	41.080	33.460	41.144	33.643
Outras	60.847	65.424	66.245	69.656
Total	831.109	831.543	846.801	851.450

19.4. Despesas tributárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
ISSQN	15.011	16.244	19.184	19.310
COFINS	105.839	96.093	120.127	102.362
PIS	17.199	15.615	20.082	16.820
Outros tributos	5.858	6.753	6.152	9.776
Total	143.907	134.705	165.545	148.268

19.5. Outras receitas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	44.940	16.968	47.556	22.401
Recuperação de encargos e despesas	23.223	25.097	26.819	26.100
Reversão de provisões	4.052	2.189	4.534	2.711
Outras receitas	11.202	24.671	12.264	26.438
Total	83.417	68.925	91.173	77.650

⁽¹⁾ Reconhecimento de variação monetária ativa relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no montante de R\$ 35.881 (Consolidado R\$ 36.656).

19.6. Outras despesas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	1.609	41.928	1.671	41.948
Descontos concedidos ⁽ⁱ⁾	42.982	63.055	44.717	64.706
Variações monetárias passivas	10.479	12.579	10.883	12.818
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	79.300	35.790	98.254	36.371
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽ⁱⁱⁱ⁾	568.635	398.631	568.635	398.631
Outras despesas	64.132	52.291	65.631	53.049
Total	767.137	604.274	789.791	607.523

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

19.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Provisões trabalhistas	(35.282)	(32.790)	(35.888)	(32.617)
Provisões fiscais	9.683	8.853	9.367	10.364
Provisões cíveis	(80.157)	(59.885)	(87.078)	(68.789)
Total	(105.756)	(83.822)	(113.599)	(91.042)

19.8. Resultados não recorrentes

Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, são como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Majoração de Alíquota da CSLL ⁽ⁱ⁾	-	44.657	-	45.024
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF ⁽ⁱⁱ⁾	(949)	10.727	(681)	15.945
Variação monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF ⁽ⁱⁱ⁾	35.881	11.904	36.656	12.175
Total	34.932	67.288	35.975	73.144

⁽ⁱ⁾ Efeitos no crédito tributário referente à majoração de alíquota CSLL em 1% no período de agosto/22 a dezembro/22 e de 5% de julho/21 até dezembro/21, conforme MP nº 1.115/22 e MP 1.034/21, respectivamente.

⁽ⁱⁱ⁾ Valores referentes ao ajuste do saldo de créditos a recuperar e ganho com atualização monetária ativa, decorrente do reprocessamento das bases tributárias dos impostos federais, efetuado pelos consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indêbitos tributários (Tema 962 - STF).

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

20.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽¹⁾	Dez/2022	Dez/2021
Ativos	165.374	-	165.374	145.688
Aplicações em DI	54.594	-	54.594	124.987
Outros Ativos	110.780	-	110.780	20.701
- Outros Créditos	717	-	717	663
- Dividendos / JCP a receber	110.063	-	110.063	20.038
(Passivos)	(282.293)	(114.434)	(396.727)	(344.307)
Depósitos	(254.157)	(82.187)	(336.344)	(274.248)
- Poupança	-	(601)	(601)	(914)
- à Vista	(8.824)	(2.278)	(11.102)	(6.703)
- a Prazo	(245.333)	(79.308)	(324.641)	(256.175)
- Interfinanceiros	-	-	-	(10.456)
Captações no mercado aberto	(25.917)	-	(25.917)	(25.742)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(10.609)	(10.609)	(25.671)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(5.603)	(5.603)	(3.750)
Outros Passivos	(2.219)	(16.035)	(18.254)	(14.896)
- JCP / Dividendos a pagar	(109)	(16.035)	(16.144)	(14.314)
- Outras Obrigações	(2.110)	-	(2.110)	(582)

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽¹⁾	Dez/2022	Dez/2021
Receitas / (Despesas)	(10.372)	(10.409)	(20.781)	2.898
Despesas da Intermediação Financeira	(11.389)	(10.409)	(21.798)	(2.227)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	1.017	-	1.017	5.125
- Receitas de Prestação de Serviços	8.847	-	8.847	5.796
- Outras Despesas Administrativas	(7.830)	-	(7.830)	(671)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽¹⁾ Controladores - Pessoal chave da administração.

20.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 19/04/2022, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 27.095.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 19.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 4.390 (R\$ 1.748 em dezembro de 2021) e no consolidado no valor de R\$ 7.569 (R\$ 5.212 em dezembro de 2021).

Até 31 de dezembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

20.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2022, o grupo patrocinador mantinha 18 (19 em dezembro de 2021) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 497 (509 em dezembro de 2021) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no exercício corresponderam a R\$ 2.132 (R\$ 1.691 em dezembro de 2021); MB Consolidado R\$ 2.138 (R\$ 1.696 em dezembro de 2021).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se:

- I. Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 12,62%
 - Taxa real de desconto: 6,32%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 5,92%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 5,92%
- II. Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 15,53%
 - Taxa real de desconto: 4,98%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 10,05%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 10,05%
 - Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Suavizada em 10%

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2022, elaborado com base nas demonstrações financeiras de novembro de 2022, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A., Patrocinador-Líder. Em 29 de dezembro de 2021, o Banco quitou saldo remanescente de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629, em conformidade com as normas em vigor que regem o assunto.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Obrigação de benefício definido	(41.205)	(43.139)
Valor justo do ativo do plano	51.670	44.794
Superávit Líquido	10.465	1.655

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo do ativo atuarial monta em R\$ 10.465 (R\$ 3.020 em 31 dezembro de 2021) líquidos dos efeitos tributários, já considerada a quitação, em 29 de dezembro de 2021, de saldo de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629.

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2021	44.794
Juros sobre o valor justo do ativo	6.956
Benefício pago pelo plano	4.306
Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	(4.386)
Saldo em 31/12/2022	51.670

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo em 31/12/2021	(43.139)
Custo dos juros	(6.700)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(4.306)
Redimensionamento da obrigação	12.940
Efeito da alteração de premissas financeiras	23.813
Efeito da experiência do plano	(10.873)
Saldo em 31/12/2022	(41.205)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	43.799
Premissa da análise	5,324%
2. Taxa real de desconto +1,0%	38.887
Premissa da análise	7,324%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	43.748
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	39.015
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

Em reunião do conselho de administração, realizada em 27 de julho de 2022, foi deliberado a retirada do patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários CAVA.

O processo de retirada de patrocínio total do plano encontra-se em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

22. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração do PR, do risco RWA (ativos ponderados pelo risco) que consiste da soma do RWAcpad (risco de crédito), do RWAmrad - RWAmint (risco de mercado) e RWAopad (risco operacional). Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco e de um adicional de capital principal de 2% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Patrimônio de Referência - PR	1.359.500	1.064.835
Patrimônio de Referência Nível I	1.074.578	868.274
Capital Principal – CP	1.020.431	820.423
Capital Complementar - CC	54.147	47.851
Patrimônio de Referência Nível II	284.922	196.561
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	8.938.361	7.698.797
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	7.822.444	6.621.652
Risco de Mercado - RWA_{mpad}	5.660	3.017
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.110.257	1.074.128
Índice de Basileia	15,21	13,83
Capital de Nível I	12,02	11,28
Capital Principal	11,42	10,66

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 22,25% (31,44% em dezembro de 2021).

22.1. Razão de Alavancagem

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

23. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Riscos e Compliance, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento

contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil do Brasil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Mercantil do Brasil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	866.837	866.837	870.503	870.503
Títulos e Valores Mobiliários	750.693	750.693	754.359	754.359
Letras Financeiras do Tesouro	750.693	750.693	754.359	754.359
Relações interfinanceiras	116.144	116.144	116.144	116.144
Nível 2	10.949.081	11.244.144	11.215.943	11.497.215
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	739.818	739.818	685.224	685.224
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	18.450	18.450
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	267	267
Cotas de Fundos em Participações	-	-	5.633	5.633
Cotas de Fundos de Participação de	-	-	12.550	12.550
Operações de Crédito e Outros Créditos	10.209.263	10.504.326	10.512.269	10.793.541
Nível 3	961	961	167.024	167.024
Títulos e Valores Mobiliários	961	961	167.024	167.024
Certificado Recebíveis do Agronegócio	-	-	100.728	100.728
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	-	28.458	28.458
Debêntures	961	961	2.255	2.255
Cotas de Fundos Imobiliário	-	-	35.583	35.583
Total em 31/12/2022	11.816.879	12.111.942	12.253.470	12.534.742
Total em 31/12/2021	9.603.514	9.984.192	10.042.686	10.415.176

Passivos Financeiros	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	748.138	748.138	739.314	739.314
Depósitos à vista	551.671	551.671	542.847	542.847
Depósitos de poupança	196.467	196.467	196.467	196.467
Nível 2	1.098.095	1.098.095	1.072.178	1.072.178
Captações no Mercado Aberto	56.679	56.679	30.762	30.762
Depósitos Interfinanceiros	148.436	148.436	148.436	148.436
Relações Interfinanceiras	137.157	137.157	137.157	137.157
Relações Interdependências	2.873	2.873	2.873	2.873
Obrigações por Operações de Cessão	752.950	752.950	752.950	752.950
Nível 3	10.877.822	10.201.905	10.696.510	10.691.382
Depósitos a prazo	10.146.773	9.471.010	9.946.592	9.941.618
Outros Depósitos	-	-	7.470	7.470
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	109.111	109.111	120.510	120.510
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	621.938	621.784	621.938	621.784
Total em 31/12/2022	12.724.055	12.048.138	12.508.002	12.502.874
Total em 31/12/2021	10.381.417	10.378.241	10.230.839	10.227.664

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil do Brasil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,41% ao ano.
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 16,76% ao ano.

- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 20,12% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
<i>Hedge Accounting</i>	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	2.273	64.664	124.386
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(2.797)	(66.655)	(127.040)
	Efeito Líquido		(524)	(1.991)	(2.654)
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(44)	(564)	(1.128)
		CRI	(187)	(7.115)	(14.230)
		CRA	(907)	(25.182)	(50.364)
Total com correlação			(1.662)	(34.852)	(68.376)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(914)	(19.168)	(37.607)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e conseqüente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil do Brasil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil do Brasil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 74.339 (R\$ 89.048 em dezembro de 2021).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 346.136 (R\$ 380.475 em dezembro de 2021).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.

e) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966

A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduziu nova regulamentação contábil para os Instrumentos Financeiros alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9, a vigorar a partir de 01/01/2025, que trata principalmente dos ativos e passivos financeiros e resultará em importantes modificações no COSIF.

Dada a relevância das mudanças, a norma determinou às instituições financeiras elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil um Plano de Implementação contemplando diagnóstico inicial dos principais impactos nos instrumentos financeiros e cronograma de implementação.

Nesse contexto, o Banco e instituições financeiras controladas empreenderam seus melhores esforços mediante análise e debate da Resolução CMN nº 4.966/2021 com as principais áreas impactadas pela norma e formularam Plano de Implementação e enviaram ao Bacen em junho de 2022.

Assim, as principais linhas de frente estabelecidas no Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966 são:

- Adaptação do Modelo de Negócios existente para contemplar a nova classificação e mensuração dos ativos financeiros e implementação do Teste de SPPJ.
- Alteração do modelo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros abrangendo: a) ativos financeiros; b) garantias financeiras prestadas; e, c) compromissos de crédito e créditos a liberar que atendam aos requisitos da norma.
- Alocação dos instrumentos financeiros em três estágios com fundamento na avaliação do nível de risco, considerando a probabilidade de aumento significativo de risco do instrumento financeiro caracterizar-se como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.
- Alterar os procedimentos contábeis notadamente: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.
- Análise prospectiva do atendimento aos requisitos de efetividade de *hedge* e das fontes de inefetividade do *hedge*.
- Adaptação dos Roteiros e Sistema Contábeis considerando dentro deste contexto as mudanças anteriormente elencadas, bem como reestruturação do COSIF em andamento, para atender a norma.

O Banco e instituições financeiras controladas estão trabalhando para a tempestiva implementação da norma no prazo regulamentar.

f) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições, devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. divulga suas demonstrações financeiras consolidadas anuais em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2022 e 2021 simultaneamente à estas informações no *site* (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

g) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento de 08/02/23, considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. O julgamento do STF refere-se especificamente a alguns casos de CSLL que tiveram julgamento favorável à tese, inter partes, antes de 2007. Contudo o Supremo julgou que a exação seria constitucional em 2007 e tal julgamento teve efeito “erga omnes”.

Sobre o assunto, o Banco informa que não tem qualquer decisão desse tipo (inter partes) que lhe beneficie até os dias atuais de algum tributo que lhe fora julgado favoravelmente. Assim, não há qualquer efeito que deva ser divulgado nas demonstrações financeiras do Banco ou Consolidado em virtude do julgamento realizado pelo STF.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Daniel Henrique Alves da Silva
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES VICE-PRESIDENTES

Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff
Paulino Ramos Rodrigues

DIRETORES EXECUTIVOS

Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

DIRETORES

Anderson Adeilson de Oliveira
Mariana Machado de Araujo de Souza Lima

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Wagner Ricco

CONTADOR

Anderson Guedes Inocência
CRC – MG 077029/O-7

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em linha com as responsabilidades inerentes ao Comitê de Auditoria, os trabalhos desenvolvidos ao longo do exercício de 2022 compreenderam, em suma, reuniões internas e expositivas, análises e discussões com os responsáveis pelas áreas da instituição, foco de atuação deste Comitê.

Durante o ano-calendário de 2022, foram realizadas 41 (quarenta e uma) reuniões do Comitê de Auditoria com as áreas de: Auditoria Interna; Auditores Externos; Controladoria e Finanças; Compliance e PLD; Riscos Operacionais e Controles Internos; Riscos Financeiros; Ouvidoria; Jurídico; e Conduta, além das reuniões do próprio Comitê.

Durante esses trabalhos, verificamos que a visão de processos com foco nos riscos encontra-se disseminada e padronizada, contando com a participação das auditorias interna e independente, além das áreas de controle. Dentro da nossa dinâmica de análise, os riscos entendidos como prováveis, a partir dessas avaliações, foram refletidos nas demonstrações financeiras.

O Banco adota postura conservadora na avaliação de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação. A RAS – Declaração de Apetite a Riscos, instrumento de gestão que reflete o apetite a risco da instituição, mostra-se efetiva em seu objetivo de fornecer uma avaliação quantitativa do tema. Desta forma, considera, inclusive, a opinião de especialistas externos e outros profissionais cuja opinião técnica seja julgada relevante. Nossas análises encontraram um cenário adequado nos processos de administração de riscos.

Consideramos que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidas e continuam sendo praticadas de acordo com as orientações corporativas. Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios elaborados pelos auditores independentes, concluímos que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não temos conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas informações.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, após análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, correspondentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, opinou, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira do Banco e de suas controladas, e, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A..

Belo Horizonte, 03 de março de 2023.

Glaydson Ferreira Cardoso
Coordenador e Membro Especialista do Comitê de Auditoria

Lauro Wilson da Silva
Membro do Comitê de Auditoria

Wagner Ricco
Membro do Comitê de Auditoria

Leonardo Ferreira Antunes
Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S.A., que esta subscrevem, em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com o previsto no art. 163, inciso VII, da Lei nº 6.404/76, examinaram os resultados referentes às demonstrações financeiras correspondentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive notas explicativas e parecer do auditor independente – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”), sendo estes documentos examinados à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ainda, examinaram o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros que tem como objetivo demonstrar a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

Desta forma, com base nos exames efetuados e considerando os resultados apresentados nos aludidos documentos, o Conselho Fiscal da Companhia, de forma unânime, opina que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022 e estão em condições de serem apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 06 de março de 2023.

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Afrânio Eustáquio Ribeiro
Yehuda Waisberg
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo.



**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

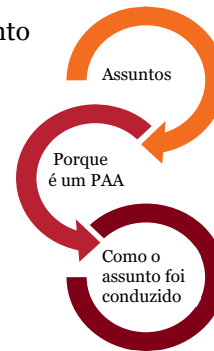
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercícios correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.4 (d) e 8.3)

A apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é uma área que requer julgamentos por parte da administração do Banco. Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A análise de risco de crédito da contraparte e a mensuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é um processo que envolve utilização de premissas, de cenários econômicos, de avaliação da situação financeira da contraparte, dos níveis de inadimplência e das garantias das carteiras, bem como o impacto da política de renegociação, dos valores estimados de recuperação e a aplicação das normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2682/99.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Adicionalmente, efetuamos, em base amostral, testes sobre as premissas adotadas pela administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas 2.4 (e) e 9.2)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro. Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de

Porque é um PAA

Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a administração elabora estudo de projeção de lucros tributários e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas pelo Banco com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos com as referidas projeções e a análise de aderência em relação à Resolução CMN nº 4.842/20.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões para passivos contingentes (Notas 2.4 (k) e 16)

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências e testes de aderência as respostas dos advogados externos.

Efetuamos testes, em base amostral, sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Analisamos a probabilidade de perda dos processos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de tecnologia da informação

O processamento das transações do Banco e suas Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, controladas, o desenvolvimento de suas operações e atualizamos o nosso entendimento e testamos a a continuidade de seus processos de negócios são efetividade operacional dos principais controles dependentes de sua estrutura tecnológica. gerais de tecnologia da informação, controles automatizados ou dependentes de tecnologia da

Assim, é importante a efetiva operação dos controles informação, bem como os controles compensatórios, gerais de tecnologia da informação, bem como dos quando aplicável.

seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a Em nosso plano de trabalho, consideramos também tomada de decisões ou das operações. testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças

Portanto, o ambiente de tecnologia da informação sistêmicas e segurança de acessos a programas e continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos banco de dados. de auditoria.

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar, para fins do Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na



auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir



modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e do exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Belo Horizonte, 07 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do **Banco Mercantil do Brasil S.A. – “BMB”**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do **BMB**, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 07 de março de 2023.

Diretor Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Vice-Presidente Executivo

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes

Bruno Pinto Simão

Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos

Anderson Adeilson de Oliveira

Carolina Marinho do Vale Duarte

Gregório Moreira Franco

Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Diretores

Lucas Lopes Kubiaki

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Rodrigo de Araújo Simões

MERCANTIL
DO BRASIL

